



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Relatório de Estágio no Consulado Geral de Portugal em Sevilha - Espanha Instituto Diplomático/UBI

Ana Carolina Cipriano Pinto

Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutora Liliana Domingues Reis Ferreira

Covilhã, Abril de 2016

Dedicatória

Ao meu lar, à minha família, meus verdadeiros companheiros de viagem.

Agradecimentos

Quero agradecer a todos os que de uma forma ou de outra me acompanharam durante esta etapa tão importante da minha vida. Em primeiro lugar, devo o meu agradecimento a quem deposito toda a minha fé e que de certa maneira me tem dado forças para não desistir dos desafios aos quais me proponho.

Ao Consulado Geral de Portugal em Sevilha, particularmente ao Exmo. Senhor Cônsul Geral, Dr. Jorge Monteiro um reconhecimento especial pela generosa partilha do saber. Foi um privilégio poder contar com a orientação e atenção que me disponibilizou.

Gostaria de manifestar o meu profundo agradecimento ao Senhor Chanceler, Dr. Paulo Mesquita a minha gratidão pelas inúmeras histórias, pela constante preocupação e pelas suas contribuições ao longo desta jornada. À Maite, ao João, à Emília, à Rosa e ao Miguel, pela forma como me receberam, pelo espírito de entreeajuda vivido, pela forma como me ajudaram no exercício das minhas funções, pela partilha de ideias, pelos conselhos e pelas boas recordações que ficarão para sempre gravadas na memória.

Em seguida, devo um especial agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Liliana Reis Ferreira, pelo modo como despertou em mim o gosto pelas Relações Internacionais, pelo incentivo na participação neste estágio, por me ter ensinado a acreditar nos meus sonhos. Aqui lhe deixo o meu agradecimento por toda a sua dedicação, pela compreensão, pela revisão, por todas as sugestões e pela disponibilidade que me proporcionou.

À minha família, pelos valores, pela infindável generosidade, pelo apoio incondicional, pelas longas conversas, pelo amor e carinho demonstrados, não encontro palavras para descrever o que representam para mim. Obrigada por estarem sempre ao meu lado tanto nos momentos bons como nos menos bons.

Agradeço aos meus amigos que apesar da distância física estiveram sempre ao meu lado, em particular ao Maurício, à Natália, à Ana Fátima, à Marta, à Sandra, ao Nuno, à Ana, ao Rui, à Bruna e ao Pedro, pela confiança, pela paciência e por todos os gestos e palavras que me transmitiram ao longo destes anos.

À família que construí e que graças a ela *Sevilla tiene un color especial*, à Cláudia, à Pili, à Raquel, ao Álvaro, ao Juan e ao David, pela forma como me acolheram, por todos os momentos partilhados, pela amizade que demonstraram e que certamente se manterá por longos anos.

Resumo

Portugal e Espanha partilharam ao longo dos séculos, e continuam a partilhar, laços históricos, culturais e económicos resultantes da riqueza herdada daquele que é palco geográfico da sua identidade - a Península Ibérica. Muitos foram os conflitos e longa foi a construção da paz que hoje se faz sentir.

As relações entre ambos os países resultaram tão complexas, como todo o seu processo de formação. No entanto, depois da queda dos regimes ditatoriais e do processo de democratização, essas mesmas relações começaram a tomar cada vez mais força e a integração de ambas as nações na então CEE, em janeiro de 1986, resultou no marco inicial do que hoje se considera como cenário de uma cooperação e amizade crescentes.

A nova dinâmica europeia abriu as portas às trocas comerciais e aos investimentos que hoje são uma realidade imprescindível, no que respeita às relações bilaterais de ambos os países. O que se pode comprovar através dos progressos verificados ao longo dos últimos anos nas relações entre Portugal e a comunidade autónoma espanhola, a Andaluzia, cuja cooperação se tem refletido nos excelentes resultados que têm obtido nos mais distintos domínios.

Outra realidade que se pode observar é a presença de uma grande comunidade portuguesa por todo o mundo, e a Andaluzia não é exceção. De fato, o Consulado Geral de Portugal em Sevilha tem procurado exercer as suas funções de modo a proteger os interesses do Estado português e da comunidade portuguesa presente na região andaluza e contribuir da melhor maneira para a promoção da qualidade e excelência das empresas e dos produtos portugueses, procurando fomentar o fortalecimento dos laços de cooperação entre Portugal e a Andaluzia.

O objetivo geral do relatório é revelar, e simultaneamente, divulgar as atividades desenvolvidas ao longo do período de estágio, compreendendo informações relacionadas com a instituição consular onde estas se realizaram. As razões que incitaram à concretização do estágio curricular no Consulado Geral de Portugal em Sevilha decorreram do desejo de trabalhar na área da diplomacia e das relações internacionais. O presente relatório serve como elemento de avaliação final, do Mestrado de Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior.

Palavras-chave

Relações Internacionais, Diplomacia, Consulado Geral, Relatório, Estágio, Espanha.

Resumen

Portugal y España, compartieron a lo largo de los siglos, y continúan compartiendo, lazos históricos, culturales y económicos resultados de la riqueza heredada de aquel que es escenario geográfico de su identidad, la Península Ibérica. Muchos fueron los conflictos y grande es la armonía que hoy se siente.

Las relaciones entre ambos países resultaron tan complejas como todo su proceso de formación. Sin embargo, después de la caída de los regímenes dictatoriales y del proceso de democratización, esas mismas relaciones comenzaron a tomar cada vez más fuerza y la integración de ambas naciones, en la entonces CEE, en enero de 1986, resultó en el marco inicial de lo que hoy se considera como escenario de una cooperación y amistad creciente.

La nueva dinámica europea abrió las puertas a los intercambios comerciales y a las inversiones que hoy son una realidad imprescindible, en lo que respecta a las relaciones bilaterales de ambos países. Lo que se puede comprobar a través de los progresos verificados a lo largo de los últimos años en las relaciones entre Portugal y la comunidad autónoma española de Andalucía, cuya cooperación se ha reflejado en los excelentes resultados que se han obtenido en los más distintos dominios.

Otra realidad que se puede observar es la presencia de una gran comunidad portuguesa por todo el mundo, y Andalucía no es la excepción. De hecho, el Consulado General de Portugal en Sevilla ejerce sus funciones de modo a proteger los intereses del Estado portugués y de la comunidad portuguesa presente en la región andaluza y contribuir de la mejor manera para la promoción de la calidad y excelencia de las empresas y de los productos portugueses, procurando fomentar el fortalecimiento de los lazos entre Portugal y Andalucía.

El objetivo general del informe es divulgar las actividades desarrolladas durante el periodo de prácticas, comprendiendo informaciones relacionadas con la institución consular donde éstas se realizaron. Las razones que incitaron a la concretización de la práctica curricular en el Consulado General de Portugal en Sevilla transcurrieron del deseo de trabajar en el área de la diplomacia y de las relaciones internacionales. El presente informe sirve como elemento de evaluación final, del Máster en Relaciones Internacionales, de la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidad de la Beira Interior.

Palabras-clave

Relaciones Internacionales, Diplomacia, Consulado General, Informe, Prácticas, España.

Abstract

For long centuries, Portugal and Spain, shared and continue to share, historical, cultural and economic ties resulting from inherited wealth that is the geographic stage of its identity, the Iberian Peninsula. Many were the conflicts and great was the construction of piece that today is felt.

The relationships between both countries resulted as complex as all its formation process. However, after the dictatorial regimes fall and the process of democratization, these same relationships began to take increasingly force and the integration of both nations in so called CEE, in January of 1986, resulted of the initial framework of what is today considered as scene of a cooperation and growing relationships.

The new European dynamic opened the doors to the trades and to the investments that today are an indispensable reality, as regards to bilateral relationships from both countries. What can be verified through verified processes over the last few years in relationships between Portugal and the Spanish autonomous community, the Andalusia, whose cooperation has been reflecting on excellent results that have obtained the most distinguish areas.

Another reality that can be watched is the presence of a big Portuguese community all over the world, and Andalusia is not an exception. In fact, the General Consulate of Portugal in Seville has sought to carry out his duties in order to protect the interests of the Portuguese state e of the Portuguese community present in the Andalusian region, and contribute in the best way to promote the quality and excellence of the companies and the Portuguese products, searching foment the fortification of the cooperation ties between Portugal and Andalusia.

The general purpose of the report is spread the developed activities during the internship period, understanding informations related with the consular institution where these last where conducted. The reasons urging the concretion of the traineeship at the General Consulate of Portugal in Seville arose from the wish of working in the area of diplomacy and the international relationships. This report serves as element of final rating, of the International Relationships Master's Degree, of Faculty of Social and Human Sciences of the University of Beira Interior.

Keywords

International Relationships, Diplomacy, General Consulate, Report, Internship, Spain.

Índice

Lista de Figuras	xvi
Lista de Tabelas	xviii
Lista de Acrónimos	xx
INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO I - A ATIVIDADE DO CONSULADO GERAL DE PORTUGAL EM SEVILHA	25
1.1. Enquadramento teórico e conceptual: a atividade consular	25
1.1.1. Das missões diplomáticas e instituições consulares	28
CAPÍTULO II - O CONSULADO GERAL DE PORTUGAL EM SEVILHA	36
2.1. Percurso e caracterização: da Exposição Ibero-americana de Sevilha ao Consulado Geral de Portugal	36
2.2. Estrutura Orgânica	41
2.3. “Semana de Portugal em Sevilha”	43
CAPÍTULO III - O ESTÁGIO CURRICULAR NO CONSULADO GERAL DE PORTUGAL EM SEVILHA	46
3.1. Objetivos	47
3.2. Difusão e análise das atividades desenvolvidas	49
3.2.1. O Consulado Geral: acolhimento e apresentação	51
3.2.2. SGC - Sistema de Gestão Consular	51
3.2.3. Assinatura e ratificação de três protocolos de colaboração entre a Universidade do Algarve e a Universidade Pablo de Olavide	52
3.2.4. Apresentação do Plano Estratégico de Internacionalização da Economia Andaluza, Horizonte 2020	52
3.2.5. Conferência “Portugal, Espanha e os Sefarditas”	53
3.2.6. Processo Eleitoral	53
3.2.7. Curso de Formação, “Redes Sociais, Ferramentas de Maximização da Comunicação Institucional - Gestão estratégica”	54
3.2.8. Seminário sobre “Oportunidades de investimento no contexto luso-espanhol: prática empresarial”	55
3.2.9. Diplomacia Económica e Diplomacia Cultural	56
3.2.10. Proteção Consular	57
3.2.11. Notariado Consular	58
3.2.12. Protocolo	59

3.2.13. “Semana de Portugal em Sevilha” - Comemorações do Dia de Portugal (10 de junho)	59
3.3. Reflexão Crítica	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
BIBLIOGRAFIA	62
ANEXOS	65
ANEXO A	65
ANEXO B	66
ANEXO C	67
ANEXO D	69
ANEXO E	70
ANEXO F	71
ANEXO G	72

Lista de Figuras

- 1 Organograma do Consulado Geral de Portugal em Sevilha.

Lista de Tabelas

- 1 Definição das funções da atividade diplomática.
- 2 Funções Consulares.
- 3 Esquematização do programa realizado no dia 10 de junho, Dia Nacional.
- 4 Apresentação do objetivo geral e objetivos específicos.
- 5 Atividades desenvolvidas e iniciativas planeadas e assistidas ao longo do estágio.

Lista de Acrónimos

AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
CEAP	Conselho Empresarial Andaluza-Portugal
CEE	Comunidade Económica Europeia
CGPS	Consulado Geral de Portugal em Sevilha
CVRC	Convenção de Viena sobre Relações Consulares
DGACCP	Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas
EIA	Exposição Ibero-americana
EXTENDA	Agência Andaluza de Promoção Exterior
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
PECMNE	Programa de Estágios Curriculares no Ministério dos Negócios Estrangeiros
PEPAC MNE	Programa de Estágios Profissionais na Administração Central do MNE
PTA	Parque Tecnológico de Andaluza
SGC	Sistema de Gestão Consular
UBI	Universidade da Beira Interior
EU	União Europeia

Introdução

O presente relatório versa sobre a experiência profissional adquirida no âmbito do estágio curricular realizado entre o mês de janeiro e o mês de abril de 2016, no Consulado Geral de Portugal em Sevilha, e que irá manter-se até junho do presente ano. O estágio que foi desenvolvido advém de um protocolo realizado entre a Universidade da Beira Interior e o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), ao abrigo do Programa de Estágios Curriculares no Ministério dos Negócios Estrangeiros (PECMNE) e do Instituto Diplomático. Este relatório de estágio corresponde ao elemento de avaliação final, do último ano do Mestrado de Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior.

Os motivos que serviram de iniciativa à opção pelo estágio curricular decorreram da vontade de alcançar conhecimentos e competências no campo de ação profissional, poder realizar um trabalho dentro da área académica na qual me licenciiei (Estudos Portugueses e Espanhóis) e na qual me encontro a desenvolver um mestrado (Relações Internacionais), com a intenção de conhecer a realidade laboral de um ponto de vista prático, ao invés de optar por um percurso exclusivamente de investigação, procurando desenvolver competências e adquirir conhecimentos essenciais para um melhor desempenho no futuro.

Porém, cumpre-me sublinhar que a decisão de estagiar no Consulado Geral de Portugal em Sevilha foi instigada, fundamentalmente, pela vontade que tinha em trabalhar na área da Diplomacia e das Relações Internacionais. As relações existentes entre Espanha e Portugal, tanto a nível histórico como cultural e económico, juntamente com os diversos aspetos que caracterizam o país vizinho, levaram à ambição de querer viver uma experiência profissional em Espanha, representando, defendendo e promovendo o Estado Português, num contexto internacional.

As expectativas em relação ao estágio prendiam-se, sobretudo, na oportunidade de poder colaborar no âmbito das diferentes áreas de funcionamento do Consulado Geral exercendo todas as funções que me fossem solicitadas, nomeadamente a nível de atendimento público, arquivo, atualização das bases de dados, atos de notariado, registo civil, emissão de cartões do cidadão e sistema de gestão consular. Assim como, apoiar as empresas portuguesas presentes no mercado andaluz, colaborando ao nível da diplomacia económica do Consulado-Geral, adquirindo uma experiência enriquecedora a nível profissional, servindo Portugal e a comunidade portuguesa a residir em Espanha.

O objetivo deste relatório consiste em propalar as atividades desenvolvidas ao longo do período de estágio, nomeadamente a nível das funções desempenhadas e da planificação, preparação e desenvolvimento das atividades concretizadas. Do mesmo modo, o relatório procura expor a forma como o Consulado Geral de Portugal em Sevilha contribui enquanto posto consular para a *promoção* e *proteção* dos interesses do Estado Português e da comunidade portuguesa residente na sua área de jurisdição - Andaluzia, Ceuta e Melilha. Consideramos muito relevante o entendimento das relações bilaterais com a comunidade

autónoma de Espanha, a Andaluzia, de modo a reforçar laços de cooperação, promover trocas comerciais, oportunidades de negócios e de investimento em ambos países, mais concretamente entre Portugal e a Andaluzia.

Com efeito, o presente relatório de estágio é constituído por três partes distintas, estando organizado por capítulos de natureza teórica e conceptual, histórico-organizacional e prático. Deste modo, o *Capítulo I - A atividade do Consulado Geral de Portugal em Sevilha*, pretende compreender o estabelecimento de relações diplomáticas e consulares entre Portugal e Espanha, ao abordar através de uma perspetiva histórico-conceptual a atividade diplomática e as funções que competem às instituições consulares, esclarecendo as relações bilaterais entre ambos os países e revelando não só a partilha de um produto histórico e cultural, como também a existência de vínculos políticos, sociais e económicos, resultado de uma longa relação.

Da história mais recente sublinha-se que, ambos os países em análise aderiram à União Europeia em busca de paz, liberdade e prosperidade, bem como de um espírito de cooperação e equilíbrio. Com base nesses propósitos, Portugal e a Andaluzia, começaram a trabalhar em conjunto em prol de uma cooperação social e económica e na construção de projetos e iniciativas que levassem à prosperidade de ambos os países. A elaboração deste capítulo contou com o recurso a autores como José Calvet de Magalhães e Jorge Bacelar Gouveia e às principais bases normativas ligadas às relações diplomáticas e consulares entre Portugal e Espanha, como a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, a Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963 e o Regulamento Consular.

O *Capítulo II - O Consulado Geral de Portugal em Sevilha*, num primeiro momento, contextualiza a nível histórico a instituição, desde a Exposição Ibero-americana de Sevilha, em 1929, que levou à construção do Pavilhão de Portugal, até à sua fundação como Consulado Geral. De seguida, apresenta o quadro orgânico que constitui o Consulado Geral de Portugal em Sevilha e que diariamente, e ao longo dos anos de serviço, se esforça para servir e para que tudo aconteça da melhor forma. Por último, é descrita aquela que é considerada a atividade do ano para o Consulado Geral de Portugal em Sevilha, a *“Semana de Portugal em Sevilha”* que desenvolve enquanto posto consular e no âmbito da diplomacia, tanto económica como cultural, e na qual promove a visibilidade dos produtos e das empresas de excelência em Portugal, a sua cultura e a sua gastronomia. Para isso, irá contar com um concerto de fado e uma degustação dos variadíssimos sabores que Portugal tem para oferecer, ao mesmo tempo espera-se que se potencie a existência de uma maior afluência de turistas ao país. O Consulado Geral como representante oficial do Estado português e da comunidade portuguesa presente na sua área de jurisdição (Andaluzia, Ceuta e Melilha) e como promotor do estreitamento dos laços que possam existir entre Portugal e Espanha, mais concretamente Portugal e a Andaluzia.

Este segundo capítulo contou com o recurso a monografias que contribuíram para a investigação feita em torno da evolução histórica da fundação do Consulado Geral, permitindo o conhecimento da participação de Portugal na Exposição Ibero-americana de

Sevilha. O acesso a documentação oficial permitiu, igualmente, a exposição da estrutura orgânica e atividade consular desenvolvida por todos os seus membros.

Por último, o *Capítulo III - O Estágio Curricular no Consulado Geral de Portugal em Sevilha* apresenta a riqueza dos conhecimentos e competências alcançada durante esta experiência profissional que permitiu uma especialização no domínio da área das Relações Internacionais e que resulta num elemento de avaliação, na concretização de um projeto pessoal e profissional. Este capítulo cita os objetivos iniciais e sintetiza esquematicamente as diversas atividades desempenhadas ao longo do período no qual decorreu o estágio curricular. Seguidamente, é divulgada e analisada cada atividade, procurando realizar uma apreciação crítica das mesmas, para revelar os aspetos positivos ou negativos que possam ter existido no que concerne a toda esta experiência. O capítulo remata com o parecer das expectativas e dos resultados obtidos, como jeito de conclusão, para revelar o que poderia ser de alguma forma alvo de aperfeiçoamento no âmbito do estágio no Consulado Geral.

A construção deste último capítulo baseia-se nas atividades desenvolvidas ao longo do estágio realizado no Consulado Geral de Portugal em Sevilha, no sentido prático, dilucidando a participação em conferências, eventos, seminários, reuniões. Esclarece, igualmente, a formação possibilitada e que contribuiu para o desempenho das funções ligadas à dinâmica que o Consulado Geral procura obter de forma a estar cada vez mais próximo do público-alvo que pretende atingir, nomeadamente da comunidade portuguesa cada vez mais participativa na nova realidade tecnológica. E por último, são descritas todas as funções que foram solicitadas durante o estágio curricular a nível administrativo e técnico, sendo possível o contacto com a comunidade portuguesa e com entidades do âmbito político, económico e cultural, prestando apoio e adquirindo conhecimento e competências que traduzem ou podem traduzir uma mais-valia para um futuro profissional.

Capítulo I - A atividade do Consulado Geral de Portugal em Sevilha

Este capítulo procura responder a certas questões que são feitas ao abordar as relações diplomáticas ou as relações consulares com Espanha. As relações diplomáticas de Portugal com Espanha são tão antigas quanto a história de ambos os países, fruto da proximidade geográfica e da história que, indelevelmente marcou ao longo dos séculos a relação entre ambos os países. Portugal mantém assim, um amplo quadro de relacionamento bilateral com Espanha e, ainda que aparentemente este relacionamento pareça óbvio, o mesmo revela especificidades e idiosincrasias que importa analisar.

Quando se faz referência ao relacionamento complexo entre Portugal e Espanha e aos aspetos positivos e negativos que o caracterizam, não se deve ter em conta somente o caráter geográfico e histórico, mas também a dimensão territorial e populacional específica de cada Estado e a possibilidade de influências diretas ou indiretas dos regimes e medidas políticas instituídas por um dos Estados.

Procuramos neste capítulo inicial fornecer algumas matrizes teóricas sobre a caracterização destas relações que tanto aportaram e continuam a aportar aspetos positivos como negativos, detentoras de um passado, de um presente e de um futuro. Importa definir e conhecer os canais que servem de apoio ao estabelecimento dessas relações, as bases normativas sobre as quais atuam e por conseguinte, as funções que desempenham e a sua ação.

Este capítulo irá apontar em particular para uma definição de instituição consular, o modo como são estabelecidas relações consulares, as funções dessas instituições e o modo como se complementam e contribuem para a conceção de certas condutas requeridas, sem o conhecimento das quais não poderia ter sido desenvolvido este estágio curricular.

1.1. Enquadramento teórico e conceptual: a atividade consular

Ao efetuar uma análise às relações estabelecidas entre Portugal e Espanha não se pode negligenciar um dos vínculos mais importantes partilhados por ambos os países, a proximidade geográfica e o espaço comum, denominado Península Ibérica, no extremo do continente Europeu e banhada pelo Oceano Atlântico e pelo Mar Mediterrâneo, facto que originou e facilitou as descobertas e relações marítimas de ambos os países. Essa *finis terrae* situada na extremidade ocidental do continente europeu, apesar dos seus contornos simples possui uma realidade histórica bastante complexa.

A dificuldade inerente a uma análise rigorosa da Península Ibérica advém da quantidade e qualidade da riqueza histórica que esta obteve e a capacidade que possuiu para

absorver todos os aspetos retidos e desenvolvidos ao longo do demorado processo de formação que atravessou para atingir a disposição que possui atualmente.

Todas as características assimiladas durante a passagem dos diversos povos que a habitaram, desde a instalação dos iberos, que lhe atribuíram a designação atual, e dos celtas, que fundidos com os primeiros deram origem aos celtiberos, passando pelos fenícios, gregos e cartagineses, não esquecendo os lusitanos (que já exerciam a prática da troca de produtos), e que foram tomados pelo Império romano que deixou um legado considerável e que posteriormente se viu derrotado pelos suevos e pelos visigodos, até à conquista árabe que por um longo período de tempo permitiu a presença dos árabes no seu território, à qual devemos algumas palavras, conhecimentos a nível da ciência, das técnicas e da agricultura, e que só a abandonaram na sua totalidade em 1492, devido à reconquista levada a cabo pelos Reis Católicos. Todos estes povos contribuíram para a definição e riqueza dos Estados que hoje a habitam, Portugal e Espanha¹.

De facto, Portugal e Espanha repartem entre si uma riqueza histórica, cultural, social e económica das mais antigas da história europeia. Porém, o objetivo do presente relatório não constitui um estudo aprofundado sobre a formação do Estado português e do Estado espanhol, nem tão-pouco as relações estabelecidas entre ambos desde o início desse processo. Contudo, considera-se fundamental a referência a um marco muito importante e comum para ambas as nações, a integração na União Europeia que trouxe consigo muitas transformações e consequências para as suas relações bilaterais.

Anos depois da passagem de ambos os países por regimes ditatoriais, e após, sensivelmente, uma década desde o início do processo de democratização, Portugal e Espanha puderam concretizar a adesão à então CEE, a 1 de janeiro de 1986. Esse importante passo dado com a integração europeia trazia com ele a esperança de um reforço da consolidação do processo democrático e de um maior desenvolvimento económico.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Europa encontrava-se debilitada e sem meios para fazer face às consequências dessa catástrofe. Embora os anos que se seguiram fossem dominados por uma tensão denominada Guerra Fria, vários países uniram-se na procura da construção de uma paz duradoura na Europa. Os anos 50 foram para o continente europeu intensos, mas servem também de alicerce ao começo do espírito de construção de um pacifismo europeu.

Em 1957 com o Tratado de Roma surge a CEE, que *“através da criação de um mercado comum e da aproximação progressiva das políticas dos Estados-Membros”* procurava *“promover, em toda a Comunidade, um desenvolvimento harmonioso das atividades económicas, uma expansão contínua e equilibrada, uma maior estabilidade, um rápido aumento do nível de vida e relações mais estreitas entre os Estados que a integram.”*²

¹ Vide a este respeito a obra de Juan Eslava Galán, *Historia de España contada para escépticos*, s.d., pp. 6-94.

² Artigo 2º, Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia ou Tratado CEE - texto original (versão não consolidada), 2010, Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=URISERV:xy0023&from=PT> [17 de abril de 2016].

Paralelamente à adesão à Comunidade Económica Europeia por parte de Portugal e Espanha, em 1986, foi também assinado o Ato Único Europeu, que constituiu a primeira alteração do Tratado da CEE, com vista a “*relançar a integração europeia e concluir a realização do mercado interno*”,³ pois ainda se verificavam alguns obstáculos no que diz respeito à liberdade de trocas comerciais. O “Mercado Único” foi concluído na década de 90, na qual também surgiu o Tratado da União Europeia ou Tratado de Maastricht. É precisamente nos anos 90 que se confirma a abolição de fronteiras entre a maioria dos Estados-membros.

Em 2008, surge a crise financeira mundial que exigiu uma maior cooperação por parte dos Estados-membros da União Europeia, o que veio a reforçar a ideia de interdependência, no mesmo período da assinatura do Tratado de Lisboa, que visou modificar todos os outros tratados, sendo que as políticas que sofreram mais alterações estavam relacionadas com a política externa e de segurança comum e o espaço de liberdade, segurança e justiça. Com efeito, o tratado procurou que as instituições fossem mais eficazes numa Europa “mais apta a responder aos desafios com que se depara”.⁴

De acordo com o artigo 3º do Tratado da União Europeia, a UE tem como objetivos “promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus povos”. Tendo em conta que segundo o artigo 2º do mesmo Tratado, os seus valores são os da “dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias”, esta “proporciona aos seus cidadãos um espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas, em que seja assegurada a livre circulação de pessoas, em conjugação com medidas adequadas em matéria de controlos na fronteira externa, de asilo e imigração, bem como de prevenção da criminalidade e combate a este fenómeno” e “estabelece um mercado interno. Empenha-se no desenvolvimento sustentável da Europa, assente num crescimento económico equilibrado e na estabilidade dos preços, numa economia social de mercado altamente competitiva que tenha como meta o pleno emprego e o progresso social, e num elevado nível de proteção e de melhoramento da qualidade do ambiente. A União fomenta o progresso científico e tecnológico” e “promove a coesão económica, social e territorial, e a solidariedade entre os Estados-Membros.”⁵

Ainda na mesma linha de pensamento, Portugal e Espanha partilharam o começo da eliminação das fronteiras em prol de uma Europa mais livre e solidária, onde a fácil comunicação e a livre circulação de pessoas, de serviços e de produtos permitiu a

³ Ato Único Europeu, 2010. Disponível em: <http://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/HTML/?uri=URISERV:xy0027&from=PT> [17 de abril de 2016].

⁴O Tratado de Lisboa, Disponível em: <http://europedirect.aimmadeira.com/cms/wp-content/uploads/2013/04/O-Tratado-de-Lisboa.pdf> [17 de abril de 2016], p. 13.

⁵Artigo 3º, Versão Consolidada do Tratado da União Europeia, União Europeia, 2010, Disponível em: http://europa.eu/pol/pdf/consolidated-treaties_pt.pdf, [17 de abril de 2016],

p.17.

concretização de um projeto de união e cooperação, onde a distância entre os países, que nalguns casos pode ser considerada como mais longínqua, fosse tida como algo “ilusório”.⁶

No século XX, no seio da UE foi criada a moeda única, o Euro, e foram adotadas políticas para combater certas ameaças como o crime organizado e o terrorismo. Como aconteceu várias vezes ao longo do seu percurso, a União Europeia defronta-se atualmente com um conjunto de crises ou desafios como é o caso da crise do Euro, dos fluxos migratórios, da segurança interna e da ameaça terrorista, aos quais se junta a incerteza quanto à permanência do Reino Unido na UE, que põe em causa a sua credibilidade e consistência.

Portugal e Espanha sofrem hoje as consequências dessas mesmas crises, designadamente a crise do euro, a crise dos fluxos migratórios e a crise da ameaça terrorista que põe em causa questões de defesa e segurança internas. Estas crises levantadas no seio da União Europeia colocam em destaque a necessidade de definir estratégias e de reforçar os objetivos e os valores supramencionados, conduzindo-os à urgência de avivar o espírito de integração e a ideia de interdependência, reforçando o sentido de cooperação originalmente determinado.

Muitos têm sido os esforços elaborados por parte dos Estados-Membros para dar resposta a todas estas problemáticas e o estado de alerta é algo que todos têm bem presente nas metas demarcadas. Os países ibéricos, em paralelo com a existência da crise das dívidas públicas, da ameaça terrorista gerada no coração da Europa têm trabalhado em conjunto para enfrentarem a questão dos fluxos migratórios. São muitos os passos dados por ambos os países em conjunto, para asseverarem a integridade dos seus territórios e garantirem a existência de valores como a segurança, a igualdade e a justiça, tendo igualmente presente o respeito pelos Direitos Humanos, na hora de acolher e integrar o número de seres humanos que tentam ultrapassar as suas fronteiras em busca da salvação e de uma vida melhor, mesmo que o preço a pagar seja essa mesma vida.

Atualmente, para além de uma história em comum, desfrutam de relações amigáveis no campo político, cultural, económico e social, com condições para a definição de atividades transfronteiriças nos mais diversos setores, cooperando para a concretização dos objetivos e interesses de ambos os países.

1.1.1. Das missões diplomáticas e instituições consulares

Os interesses que ligam os países levam, por comum acordo, ao estabelecimento de relações diplomáticas e ao envio de missões diplomáticas permanentes, conforme o

⁶ No caso de Portugal, a emigração que depois de atingir o seu máximo nos anos 60 tinha estagnado com a demolição da ditadura salazarista volta a crescer gradualmente devido à liberdade de circulação e à facilidade de comunicação que passou a existir. A comunidade portuguesa saía do país principalmente para a vizinha Espanha, e aos poucos foi ganhando uma dimensão global. Atualmente não só por estes fatores como também, como consequência da crise económica e de outros fenómenos ligados à sociologia é possível observar a presença de cidadãos portugueses por todo o mundo.

estabelecido pelo artigo 2º da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961.⁷ Tendo como base o princípio da reciprocidade que rege as relações internacionais, o Estado português e o Estado espanhol possuem Embaixadas em ambas as capitais. Essas missões diplomáticas são consequentemente dirigidas por um chefe de missão e nela exercem funções não só o chefe de missão como todos os membros da missão: membros do pessoal diplomático, membros do pessoal administrativo e técnico e membros do pessoal de serviço. (Calvet de Magalhães, 2005: 63)

Quanto à atividade diplomática, esta diz respeito a funções que dizem respeito à representação e proteção do Estado, à negociação, à informação e à promoção de relações bilaterais com o Estado recetor. (Calvet de Magalhães, 2005: 145) Seguidamente, na tabela 1 serão dispostas as funções da atividade diplomática procurando expor o significado correspondente a cada uma:

Representação	Toda a ação exercida em nome do Estado, que marque a sua presença ou responsabilização.
Informação	Recolha, seleção, análise e envio de informações obtidas por meios legítimos e relevantes que dizem respeito ao Estado recetor.
Promoção	Todas as ações que levem ao estabelecimento de relações bilaterais, nomeadamente relações económicas, culturais e científicas.
Proteção	Defesa dos interesses do Estado (cumprimento de obrigações do Estado recetor em relação ao Estado representado e defesa dos interesses patrimoniais do mesmo no Estado recetor) e dos seus cidadãos (dos seus direitos e interesses legítimos de carácter pessoal e patrimonial).
Negociação	Formal ou informal consiste no diálogo estabelecido entre os Estados para chegar a um acordo sobre questões de interesse comum ou recíproco.

Tabela 1 - Definição das funções da atividade diplomática. Fonte: Elaborada pela autora.

Segundo Calvet de Magalhães, as funções que são consideradas como indispensáveis da atividade diplomática correspondem à representação, à informação e à negociação. Sendo que a promoção é vista como a base estimuladora dessa atividade pois é a partir dela que se

⁷ Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, Decreto-Lei n.º 48 295 de 27 de Março de 1968, p. 410.

“intensifica a representação e se origina e se incrementa a negociação e se dá maior vida aos outros elementos”, ou seja é através da promoção que se desenvolvem as relações, pela necessidade de promover a visibilidade do país e de proteger os seus interesses e dos seus cidadãos. (Calvet de Magalhães, 2005: 169)

Ainda seguindo a ideia de Calvet de Magalhães e considerando de igual modo as funções designadas na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, existe uma outra função que não se encontra mencionada nesse tratado internacional e que no presente relatório faz todo o sentido ser referida. Essa função diz respeito à necessidade que os cidadãos residentes ou de passagem no Estado recetor têm de recorrer aos serviços públicos do Estado de origem para resolver alguma questão e é designada por Extensão externa do serviço público. A Extensão externa do serviço público é exercida pelos postos consulares ou pelas secções consulares presentes nas missões diplomáticas e encontra-se mencionada na Convenção de Viena sobre relações consulares de 1963.

Antes de expor qualquer definição relacionada com os postos consulares e secções consulares das missões diplomáticas e as suas funções, existe a necessidade de referir que o estabelecimento de relações consulares, que tal como acontece com as relações diplomáticas e as missões diplomáticas são fundadas sob o princípio de reciprocidade, por comum acordo entre os Estados, deve ser distinguido do estabelecimento de relações diplomáticas, pelo simples fato de que as relações consulares podem ser estabelecidas mesmo que as relações diplomáticas sejam interrompidas, tal como refere o artigo 2º, n.º 3 da Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963, “A ruptura das relações diplomáticas não acarretará *ipso facto* a ruptura de relações consulares.”⁸

Considerando esse fato, existe um conjunto de normas estabelecidas naquelas que podem ser consideradas as principais bases normativas que servem de fortalecimento ao exercício das relações consulares e funções consulares. Dessas bases são referências neste relatório, o Regulamento Consular e a Constituição da República Portuguesa que faz referência à cidadania portuguesa, à igualdade de direitos e ao respeito pelas normas e princípios definidas pelo Direito Internacional. Em relação aos cidadãos portugueses que sejam emigrantes, a Constituição, no seu artigo 14º refere que “os cidadãos portugueses que se encontrem ou residam no estrangeiro gozam da proteção do Estado para o exercício dos direitos e estão sujeitos aos deveres que não sejam incompatíveis com a ausência do país”. (Bacelar Gouveia, 2015: 609) Existem ainda tratados Internacionais, como a já mencionada Convenções de Viena sobre relações consulares que deve ser respeitada por todos os países que a aceitaram e que em relação às funções consulares realiza a seguinte enumeração, presente na **tabela 2º**:

⁸ Convenção de Viena sobre Relações Consulares, Decreto-Lei n.º 183/72 de 30 de maio, Diário do Governo, I Série, n.º 127, 30 de Maio de 1972, p. 2.

⁹ Artigo 5º, da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, Decreto-Lei n.º 183/72 de 30 de maio, Diário do Governo, I Série, n.º 127, 30 de Maio de 1972, pp.2-3.

Funções Consulares

- Proteger no Estado recetor os interesses do Estado que envia e dos seus nacionais, pessoas singulares ou coletivas, dentro dos limites permitidos pelo direito internacional;

- Fomentar o desenvolvimento das relações comerciais, económicas, culturais e científicas entre o Estado que envia e o Estado recetor e promover por quaisquer outros meios as relações amistosas entre eles dentro do espírito da presente Convenção;

- Informar-se, por todos os meios lícitos, das condições e da evolução da vida comercial, económica, cultural e científica do Estado recetor, informar a esse respeito o Governo do Estado que envia e fornecer informações às pessoas interessadas;

- Emitir passaportes e outros documentos de viagem aos nacionais do Estado que envia, assim como vistos e documentos apropriados às pessoas que desejarem viajar para o Estado que envia;

- Prestar socorro e assistência aos nacionais, pessoas físicas ou jurídicas, do Estado que envia;

- Agir na qualidade de notário de conservador do registo civil e exercer funções similares, assim como certas funções de carácter administrativo, desde que não contrariem as leis e os regulamentos do Estado recetor;

- Salvaguardar os interesses dos nacionais, pessoas físicas ou jurídicas, do Estado que envia, nos casos de sucessão verificados no território do Estado recetor, de acordo com as leis e os regulamentos do Estado recetor;

- Salvaguardar, dentro dos limites fixados pelas leis e regulamentos do Estado recetor, os interesses dos menores e dos incapazes nacionais do Estado que envia, particularmente quando para eles for requerida a instituição da tutela ou curatela;

- Representar, de acordo com as práticas e procedimentos que vigoram no Estado recetor, os nacionais do Estado que envia e tomar as medidas convenientes para a sua representação apropriada perante os tribunais e outras autoridades do Estado recetor, de forma a conseguir a adoção de medidas provisórias para a salvaguarda dos direitos e interesses destes nacionais

quando, por estarem ausentes ou por qualquer outra causa, não possam os mesmos defendê-los em tempo útil;
- Transmitir os atos judiciais e extrajudiciais e dar cumprimento a cartas rogatórias em conformidade com os acordos internacionais em vigor, ou, na sua falta, de qualquer outra maneira compatível com as leis e regulamentos do Estado recetor;
- Exercer, em conformidade com as leis e regulamentos do Estado que envia, os direitos de fiscalização e de inspeção sobre as embarcações, tanto marítimas como fluviais, que tenham a nacionalidade do Estado que envia e sobre as aeronaves matriculadas neste Estado, bem como sobre as suas tripulações;
- Prestar assistência às embarcações e aeronaves a que se refere a alínea k) do presente artigo, assim como às suas equipagens, receber as declarações sobre as viagens dessas embarcações, examinar e visar os documentos de bordo e, sem prejuízo dos poderes das autoridades do Estado recetor, abrir inquéritos sobre os incidentes ocorridos durante a travessia e resolver qualquer litígio que possa surgir entre o capitão, os oficiais e os marinheiros, sempre que assim o autorizem as leis e regulamentos do Estado que envia;
- Exercer todas as demais funções confiadas ao posto consular pelo Estado que envia, que não sejam proibidas pelas leis e regulamentos do Estado recetor, ou às quais este não se oponha, ou ainda as que lhe sejam atribuídas pelos acordos internacionais em vigor entre o Estado que envia e o Estado recetor.

Tabela 2 - Funções Consulares. Fonte: Elaborada pela autora.

Para o exercício das suas funções consulares o Estado português conta com uma rede consular, dependente da Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP), à qual compete “assegurar a efetividade e a continuidade da ação do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) nos domínios da atividade consular desenvolvida nos serviços periféricos externos e da realização da proteção consular, bem como na coordenação e execução da política de apoio à emigração e às comunidades portuguesas no estrangeiro.”¹⁰

No quadro da rede consular portuguesa existem os seguintes postos consulares: consulados-gerais, consulados, vice-consulados, agências consulares e consulados honorários e

¹⁰ Portal das Comunidades Portuguesas, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Disponível em: <https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/quem-somos/direcao-geral-dos-assuntos-consulares-e-das-comunidades-portuguesas/missao> [17 de abril de 2016].

as missões diplomáticas podem dispor de secções consulares que exercem as mesmas funções que os anteriores tal como o designa o artigo 3º da CVRC.¹¹ No caso do posto consular em que foi realizado o estágio curricular, objeto de avaliação neste relatório, este diz respeito a um consulado geral criado segundo o artigo 4º do Regulamento Consular, “a criação de consulados-gerais é determinada pela consideração de fatores históricos, culturais, económicos ou sociais relevantes e justificativos da atribuição daquela categoria aos postos consulares”.¹²

Tomando como base as funções consulares descritas, as principais áreas de atuação do Consulado Geral de Portugal em Sevilha dizem respeito a:

- Apoio consular (proteção consular, aquisição e perda de nacionalidade, inscrições consulares, situação legal dos cidadãos, assistência no caso de detenção e prisão, repatriações, assistência económica, assistência em caso de perdas, roubos ou extravios, assistência em caso de catástrofes, assistência à navegação marítima e à aeronáutica civil, procedimentos eleitorais, atos de registo civil e notariado, emissão de documentos, vistos, entre outros);

- Estabelecimento de relações bilaterais no campo cultural e académico, económico e comercial.

É difícil precisar o número exato de cidadãos portugueses presentes na Andaluzia devido à constante fluidez que a proximidade proporciona. O Consulado Geral de Portugal em Sevilha tem cerca de 8 mil cidadãos inscritos. Trata-se de uma comunidade bem integrada e que recorre aos seus serviços sobretudo para tratar de assuntos na área de apoio consular.

O Consulado Geral de Portugal em Sevilha desenvolve igualmente uma importante ação na área empresarial, procurando dar visibilidade e projeção a diferentes manifestações da cultura e da língua portuguesa, bem como aos agentes das empresas nacionais.

Após a entrada na União Europeia verificou-se um nível de integração das duas comunidades sem precedentes. Esta integração não foi contudo homogeneia nas comunidades espanholas. Na Andaluzia, o processo de maior aproximação é relativamente recente, tendo beneficiado da melhoria da construção e desenvolvimento de infraestruturas de comunicação entre Portugal e o Sul de Espanha, bem como o desenvolvimento de projetos.

As relações económicas entre Portugal e a Andaluzia têm assistido a investimentos cruzados entre as duas comunidades de forma a estimular as trocas comerciais. Estas relações económicas centram-se principalmente no setor agroalimentar e no setor de produtos

¹¹ Convenção de Viena sobre Relações Consulares, Decreto-Lei n.º 183/72 de 30 de maio, Diário do Governo, I Série, n.º 127, 30 de Maio de 1972, p. 2.

¹² Regulamento Consular, anexo ao Decreto-Lei n.º 71/2009 de 31 de março, Diário da República, 1.ª série - N.º 63 - 31 de Março de 2009, p. 1963.

energéticos, bens de equipamentos, manufaturas de consumo, produtos semitransformados e setor automóvel.

Importa ainda referenciar o setor aeronáutico, tendo em conta o cluster português e o cluster andaluz e a quantidade de benefícios que se podem obter da cooperação entre ambos. No setor do turismo verifica-se uma crescente cooperação sendo a Andaluzia uma província que conta com uma grande quantidade de visitantes ao longo do ano.

Do estabelecimento de relações bilaterais há que destacar os projetos e as iniciativas estabelecidas na área económica. A proximidade geográfica, histórica, cultural que existe entre Portugal e a comunidade autónoma leva à tentativa de perceber o que Portugal representa para a Andaluzia e qual o papel que o Consulado Geral tem no que respeita à Diplomacia Económica.

Atualmente tem-se verificado um interesse cada vez mais crescente entre as empresas portuguesas e andaluzas em cooperar e investir em ambos os lados e o Consulado Geral tem feito os seus esforços servindo de canal, ajudando a projetar a imagem de Portugal, promovendo os produtos e as empresas portuguesas, dando a conhecer os valores portugueses no âmbito empresarial e económico.

Os resultados que se têm obtido no que diz respeito às trocas comerciais e às exportações portuguesas para a Andaluzia têm assinalado os efeitos positivos que estas relações bilaterais têm provocado. Em 2014, Portugal exportou para a região andaluza 910.703 milhões de euros e no ano passado atingiu 1.029.353 milhões de euros. Em janeiro do presente ano conseguiu atingir os 69.741 milhões de euros, segundo os dados obtidos pela EXTENDA (Agência Andaluza de Promoção Exterior)¹³.

Foi precisamente devido ao crescente desenvolvimento das relações estabelecidas entre Portugal e a Andaluzia que se criou o CEAP, Conselho Empresarial Andaluzia-Portugal, cuja criação foi promovida pelo Consulado Geral de Portugal em Sevilha em 2013, estando a presidência a sob alçada do Exmo. Senhor Cônsul Geral, Dr. Jorge Monteiro.

O CEAP possui o objetivo de promover encontros, assim como projetos e outras iniciativas que levem ao reforço dos laços de cooperação entre Portugal e a Andaluzia e ao desenvolvimento de relações transfronteiriças. A união de diversas empresas portuguesas e andaluzas com qualidades diversificadas quer a nível de localização, vocação internacional, visão aberta, inovação, qualificação, que caminham em direção de oportunidades de negócio e de investimento, procurando enfrentar os desafios que se colocam no âmbito do quadro internacional.

Embora durante o estágio curricular as atividades desenvolvidas estivessem direcionadas, na sua maioria, para a área económica, a nível da Diplomacia Cultural o Consulado Geral de Portugal em Sevilha tem procurado desenvolver um programa de atividades culturais como conferências e diversos eventos, como a assinatura de protocolos,

¹³ EXTENDA - Agência Andaluza de Promoção Exterior, Observatório da internacionalização da economia andaluza, Disponível em: <http://www.extenda.es/web/opencms/servicios/observatorio/> [17 de abril de 2016].

em setembro de 2014, entre o Instituto da Cooperação e da Língua, Camões IP e a Junta da Andaluzia para o ensino da língua portuguesa na região andaluza, o qual também assinou um acordo com o Instituto de Estudios CajaSol de Sevilha introduzindo a língua portuguesa como língua de formação empresarial.

Capítulo II - O Consulado Geral de Portugal em Sevilha

No segundo capítulo é feita a contextualização daquele que é atualmente, o Consulado Geral de Portugal em Sevilha. Dividido em três subcapítulos, traçar-se-á primeiro a síntese histórica do CGPS (Consulado Geral de Portugal em Sevilha) contendo uma descrição das instalações em que se encontra, a sua construção e atual apresentação. Seguidamente é realizada a exposição da sua estrutura orgânica e finaliza-se com a elucidação daquele que pode ser considerado o evento do ano para o Consulado Geral, a celebração do dia 10 de junho, Dia de Portugal, do poeta Luís Vaz de Camões e das Comunidades Portuguesas.

A nação portuguesa sendo vizinha de Espanha e impulsionadora das descobertas históricas mereceu, depois de ser manifestada tão prematuramente a sua vontade de participar na Exposição Ibero-americana de Sevilha de 1929 - anterior Exposição Hispano-americana - um lugar de destaque na mesma, que foi complementado pela construção de um edifício denominado Pavilhão Nacional de Portugal bastante apreciado e por isso conhecido por, *la paloma de la Exposición*.

2.1. Percurso e caracterização: da Exposição Ibero-americana de Sevilha ao Consulado Geral de Portugal

Em Sevilha, o Consulado Geral de Portugal encontra-se situado em pleno coração da cidade espanhola, rodeado de edifícios carregados de história e beleza, que atraem durante todo o ano um grande número de visitantes¹⁴. Localizado naquele que é conhecido como Prado de São Sebastião, ladeado pelas avenidas de Portugal e Carlos V (Carlos I em Espanha e casado com a Rainha Isabel de Portugal, filha de D. Manuel I, Rei de Portugal), possui a sua fachada direcionada para a Avenida del Cid, na qual se pode observar o monumento dedicado a Rodrigo Díaz, cavaleiro castelhano mais conhecido como *El Cid Campeador*.

Desde essa avenida é possível contemplar outros símbolos históricos da cidade como a antiga Real Fábrica de Tabacos, do século XVIII, a primeira na Europa e onde atualmente atua o reitorado da Universidade de Sevilha e algumas das suas faculdades. Para além das representações já identificadas, do Consulado Geral é possível ver também a *Glorieta de San Diego*, que dá acesso ao parque Maria Luísa, estando próximo da Praça de Espanha, mandada construir para a Exposição Ibero-americana de Sevilha, de 1929.

Depois de descrito o ambiente externo ao Consulado Geral de Portugal em Sevilha, cabe dar a conhecer o seu processo de fundação e revelar a sua caracterização atual, tomando a perspetiva temporal como base do discurso, ao fazer uma passagem pelo que

¹⁴ Estima-se que no ano de 2015, o número de portugueses que visitaram a cidade de Sevilha seja aproximadamente 51.000 visitantes. (Turismo de Sevilla. El Ayuntamiento informa. Año 2015, Ayuntamiento de Sevilla. Disponível em: http://www.visitasevilla.es/sites/default/files/informe_anual_2015.pdf) [17 de abril de 2016]

constitui o passado, o presente e o que pode vir a ser o futuro da instituição consular. Para tal fato será realizado um percurso desde a iniciativa de participação na Exposição Ibero-americana de 1929 até à sua nomeação como Consulado Geral.

Em 1909, surgiu de uma sugestão feita por Rodriguez Caso, a vontade de realizar uma Exposição em Sevilha com o objetivo de solucionar alguns problemas locais, melhorar a cidade e fomentar de alguma forma o turismo. Contudo, embora existisse a ideia de estimular o desenvolvimento de Sevilha, a origem da criação da Exposição possuía alguma ideologia. O interesse em participar manifestado por Portugal, só foi possível com a transformação da Exposição Hispano-americana em Exposição Ibero-americana, no ano de 1922.

A motivação pela necessidade de afirmar e reforçar as relações entre Estados, mais concretamente entre Espanha e a América e entre Espanha, Portugal e as suas colónias, levou ao início dos primeiros planos para a Exposição. Pode dizer-se que um dos fins da EIA seria uma representação do que foram os descobrimentos e o processo de colonização.

A Exposição Ibero-americana de Sevilha, realizada entre o dia 9 de maio de 1929 e 30 de junho do ano seguinte, possuía um carácter artístico e comercial espalhado por uma superfície com cerca de 2 milhões de metros quadrados, que compreendiam o Parque de Maria Luísa e o Parque das Delícias. Contava com uma entrada principal, que ainda hoje existe em plena Avenida del Cid, onde se encontra o Pavilhão de Portugal, como referido anteriormente. A Exposição contou com a existência de oito portas pelas quais se tinha acesso, sendo que uma delas denominava-se Porta de Portugal, todas estas referências davam-se ao papel que Portugal possuía no que respeita ao mundo das descobertas, à construção de um novo mundo. (Rudolf Mosse Ibérica, S. A., s.d.: 29)

Para Sevilha, este acontecimento transformar-se-ia num marco histórico do século XX, que apesar de lhe trazer uma nova forma, uma nova estética a nível urbanístico, que atualmente pode ser apreciado, trouxe também consigo outros problemas, como o aumento da população devido a afluência de um vasto número de emigrantes, que provocou o surgimento de questões económicas que exigiam soluções eficazes, devido ao risco de prejuízo económico. De fato, presentemente, não só em Sevilha, como em toda a comunidade autónoma andaluza, existe um elevado número de cidadãos de distintas nacionalidades que podem ter uma certa ligação com este fenómeno.

A presença de Portugal na Exposição Ibero-americana de Sevilha de 1929 pode ser compreendida através da definição de duas fases:

- De 1921 a 1926: período que diz respeito à fase inicial na qual foi feita a proposta de concurso por parte de Portugal;

- De 1926 a 1929: período no qual foi oficializada a participação e em que tiveram início os preparativos e a construção do Pavilhão Nacional. (García, 2010: 249)

Apesar dos interesses da nação em participar, Portugal tinha tomado a decisão de não fazer parte de forma oficial, devido aos problemas de política interior que se faziam sentir. No entanto, foram várias as medidas acordadas entre ambos os Estados: a aprovação de um tratado de amizade entre o Estado português e o Estado espanhol e o estabelecimento de uma linha ferroviária direta entre a capital portuguesa e a cidade andaluza. A nação portuguesa vinha a decidir a sua intervenção oficial a 13 de março de 1926, pressionada pelo facto de uma das suas colónias, o Brasil, ter determinado a sua participação. (García, 2010: 250)

O anúncio da sua participação só ocorreu a 13 de junho de 1926 e esta foi impulsionada durante a governação de Gomes da Costa, devido às fortes campanhas de publicidade da comissão encarregada de organizar a Exposição, aos pedidos do governo de Espanha e da Argentina, da Câmara Oficial de Comercio de Espanha em Lisboa, da Sociedade Nacional de Belas Artes, da Sociedade Geográfica, da comunidade espanhola em Lisboa, da imprensa portuguesa nomeadamente dos jornais *O Século* e o *Diário de Notícias* e ao impulso de grandes artistas. (García, 2013: 8)

Em 1927 foi possibilitada a participação de arquitetos portugueses num concurso público de projetos para a construção do pavilhão. As condições que determinavam o vencedor do concurso diziam respeito a questões económicas, topográficas e estilísticas, e seriam investidos 3,5 milhões na construção do projeto, dando início aos preparativos e a sua construção em 1928. (García, 2010: 254)

Do concurso público saíram vitoriosos os irmãos e arquitetos Carlos e Guilherme Rebelo de Andrade cujo projeto, entre outros pontos que o levaram à vitória, era o que melhor se ajustava aos custos monetários esperados. A construção do Pavilhão de Portugal foi aquela onde colaboraram mais artistas. Num total, reuniram esforços para trabalhar no projeto, 24 artistas portugueses de variadíssimas categorias, entre eles alguns já reconhecidos e outros que eram considerados como promessas artísticas. (García, 2013: 11)

Entre o mês de abril e o mês de dezembro de 1928, decorreram as obras. Contudo, em outubro do mesmo ano, Oliveira Salazar sobe ao poder e embora a construção do pavilhão estivesse avançada, as dificuldades políticas e económicas vividas no país provocaram uma reestruturação no projeto da obra.¹⁵ A ideia de desistir da Exposição nunca esteve presente pois esta seria uma boa forma de resolver a crise em que o país se encontrava.

Na Exposição Ibero-americana de Sevilha de 1929, Portugal contou com um pavilhão permanente e quatro pavilhões provisionais. No total contava com 6.000 m² e no que diz respeito aos pavilhões provisionais dois serviam para a mostra de produtos portugueses e os outros dois serviam para promover o turismo. (Rudolf Mosse Ibérica, S. A., s.d.: 31)

Quanto ao pavilhão permanente, este diz respeito à construção onde hoje se encontra instalado o Consulado Geral de Portugal em Sevilha. Este pavilhão estava destinado à

¹⁵ A construção do pavilhão dedicado aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, bem como os pavilhões direcionados às colónias portuguesas do continente africano e da Índia, foi reduzida à edificação de um pavilhão dedicado a Macau (Anexo A).

exposição histórica e da arte retrospectiva. A construção assentou sobre o estilo Neo-João V, cujos materiais de construção vinham de Portugal e as madeiras exóticas vinham das suas colônias.

O pavilhão possui, ainda hoje, uma cúpula de 26m, com telha vidrada e que resulta na maior atração e símbolo do pavilhão. (García, 2013: 11) No seu interior encontra-se o apreciado Salão Nobre, onde hoje se realiza a maioria dos eventos organizados pelo Consulado Geral e outros que são cedidos pelo mesmo (são muitos os pedidos para a realização de certas atividades como festas de fundações, de entrega de prémios, de encontros empresariais, conferências, entre outras) resultado do esplendor que esta obra neo-joanina possui (Anexo B).

O Salão Nobre serviu na altura da EIA, como lugar para a instalação da Exposição Cultural Portuguesa sobre a época dos descobrimentos e merecerá seguramente a pena salientar a decoração pictórica deste espaço. Assim sendo, cabe destacar a arte decorativa existente na cúpula presente neste Salão, quatro painéis alusivos aos continentes colonizados por Portugal, elaborados por dois artistas formados na Escola de Belas Artes (que contribuiu para a participação de Portugal na Exposição), sendo que um deles, Varela Aldemira, elaborou as representações do continente Asiático e da Oceânia ao passo que, Martinho Gomes da Fonseca esteve a cargo da reprodução do continente americano e África (ver Anexo B). (García, 2013: 12) Conhece-se ainda a existência de elementos expostos entre os quais estavam os tradicionais tapetes de Arraiolos que hoje já não se encontram por serem substituídos devido a efeitos temporais.

Este dá ainda acesso a uma varanda com vista para o coração da cidade, sendo possível apreciar os monumentos já descritos no momento da sua apresentação quanto à localização e onde se encontra presente um dos símbolos nacionais: a Bandeira Nacional. Comunicam com o Salão Nobre duas salas que outrora serviriam para exposições e que hoje servem de instalações aos gabinetes do chefe de posto consular e ao chefe da chancelaria, o Exmo. Senhor Cônsul Geral e o Exmo. Senhor Chanceler.

Dão passagem a essa planta duas escadarias em forma de hélice em cada extremo da galeria existente no primeiro andar deste pavilhão permanente (Anexo C). Sobre cada uma delas foram elaborados dois painéis semicirculares, assinados por Benvindo Ceia, alegóricos ao comércio e à indústria e à ciência, às artes e às letras.

No exterior, a Cruz de Cristo retratada sob a típica calçada portuguesa dá as boas vindas a quem tem o prazer de entrar no recinto. À entrada, a fachada principal (Anexo D) possui uma escadaria que serve de acesso a uma ampla galeria que tal como o Salão Nobre permitia o acesso a duas salas de exposição, numa das quais encontra-se instalada atualmente a chancelaria do posto consular. Nessa galeria, que hoje serve de receção à comunidade portuguesa e a outros que visitam por algum motivo o Consulado Geral de Portugal em Sevilha, podem ser apreciados os 56 painéis que vão alternando a Cruz de Cristo com os escudos dos municípios portugueses, da capital portuguesa e das colônias (Anexo E).

Embora esta seja a parte permanente do Pavilhão Nacional de Portugal durante a Exposição Ibero-americana de Sevilha de 1929 e atual instalação do Consulado Geral de Portugal em Sevilha, não se pode descuidar a existência da parte provisória do projeto de construção. Como já foi referido esta construção serviu para expor produtos portugueses e também serviu para a realização de conferências e outros projetos.

A sua construção seguia o estilo do pavilhão permanente e encontrava-se unida a este, através de galerias curvas dedicadas ao Turismo e à Administração. Existiam ainda cinco pátios dos quais um era mais amplo e no qual se podia observar a fonte designada por Fonte da Juventude, do escultor João da Silva e continha um Salão de Festas, no qual estavam representadas as danças tradicionais portuguesas, situado entre os Pátios dos Navegadores que eram antecedidos de estátuas de grandes figuras da história portuguesa como, Afonso de Albuquerque e Vasco da Gama¹⁶, dando acesso ao pavilhão por um lado lateral. (García, 2013: 13)

Do lado oposto ao amplo pátio mencionado no parágrafo anterior, encontravam-se situadas 3 salas dedicadas às colônias com produtos vindos das mesmas e dos lados das galerias das vendas (Anexo F) situavam-se salas dedicadas ao comércio, à indústria e à agricultura. (García, 2013: 16) No exterior, os jardins eram adornados com estátuas dedicadas a figuras ligadas aos descobrimentos, designadamente a do Infante D. Henrique, O Navegador e a do poeta Luís Vaz de Camões, autor da obra tão consagrada, *Os Lusíadas*.

Resumindo a passagem de Portugal pela Exposição Ibero-americana de Sevilha de 1929, serviu para promover a sua cultura e a sua arte, e no âmbito da economia, o comércio, a indústria e a agricultura e organizou ainda algumas apresentações ligadas ao turismo, difundindo de forma a valorizar os seus feitos históricos direcionados à celebração das descobertas portuguesas e dos processos de colonização.

Com o encerramento da EIA, procedeu-se à retirada daquela que constituía a construção provisória do pavilhão da nação, ficando a parte permanente do edifício onde ficou instalado o Consulado Honorário de Portugal em Sevilha. Posteriormente, este passou à categoria de Consulado Geral de Portugal, pela necessidade de criar um posto consular de carreira na comunidade autónoma de Espanha, como referido no Decreto do Governo n.º 8/85 de 24 de abril.

O Consulado Geral de Portugal em Sevilha encontra-se simbolizado através da presença da bandeira nacional e do escudo nacional colocados na fachada principal (Anexo G). O escudo nacional é novamente representado na cúpula retratada anteriormente e que serve os encantos de quem tem a oportunidade de o apreciar.

Importa ainda transmitir alguns pontos relacionados com a utilização do Pavilhão Nacional de Portugal, para a instalação do Consulado Geral de Portugal em Sevilha. Esta só foi possibilitada através da permissão da Junta de Governo Local da Câmara Municipal de Sevilha a 9 de junho de 2004, que assim o consentiu por um período estabelecido de 50 anos (García, 2010: 108), sendo a sua área de jurisdição a Andaluzia, Ceuta e Melilha, exercendo as suas

¹⁶ Hoje podem ser observados no Museu da Marinha em Belém, Lisboa.

funções consulares em prol da promoção do que a nação tem de melhor e da proteção dos interesses nacionais e dos cidadãos portugueses.

2.2. Estrutura orgânica

Neste subcapítulo procuraremos realizar a apresentação dos órgãos e das instalações que constituem o Consulado Geral de Portugal em Sevilha, desde o gabinete do chefe do posto consular ao arquivo situado em lugar de segurança, como determina o Regulamento Consular de 2009, ilustrados na **Figura 1**.

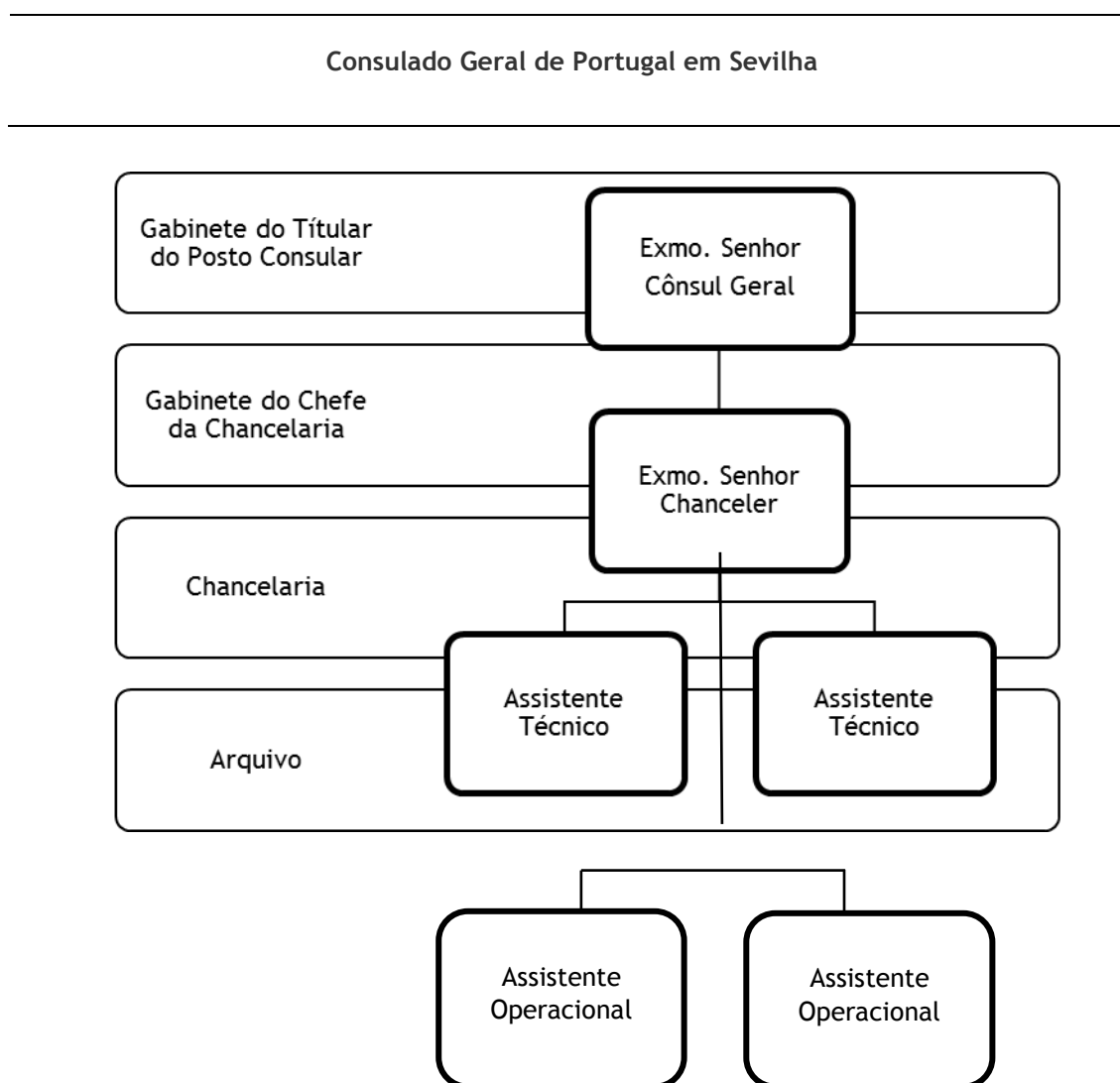


Figura 1 - Organograma do Consulado Geral de Portugal em Sevilha. Fonte: Elaborada pela autora.

Ao abordar a estrutura orgânica do Consulado Geral de Portugal em Sevilha, importa transmitir que esta encontra-se formada de acordo com as normas estabelecidas, através da

Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 24 de abril de 1963 e do Regulamento Consular anexo ao Decreto-Lei n.º 71/2009 de 31 de março.

Considerando assim o parágrafo 1, do artigo 1º da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, o Consulado Geral consiste num posto consular representado pelo Exmo. Senhor Cônsul Geral, seu titular, que realiza, dirige e orienta a atividade consular, sendo responsável pelo cumprimento e a eficácia dos objetivos definidos, através das funções consulares referidas no mesmo tratado internacional e identificadas no presente relatório.

Atualmente, o número de membros do posto consular corresponde a seis elementos, incluindo o Exmo. Senhor Cônsul Geral, o Exmo. Senhor Chanceler, dois assistentes técnicos e dois assistentes operacionais, atuando em unidade, em prol de um serviço de qualidade, procurando manter sempre um grau de proximidade com a Comunidade Portuguesa, ao tentar responder às necessidades expostas e pedidos solicitados, de modo a proteger e satisfazer os interesses do Estado português e dos cidadãos nacionais residentes ou em situação de transição na área de jurisdição correspondente, Andaluzia, Ceuta e Melilha.¹⁷

Em conformidade com o artigo 9º, nº 1, o artigo 10º, 11º, 13º e 15º do Regulamento Consular, o Consulado Geral de Portugal em Sevilha possui três serviços obrigatórios: a chancelaria, a contabilidade e o arquivo. Desta forma, a chancelaria da qual faz parte o trabalho administrativo e técnico, da instituição consular, conta com o esforço e a entrega do seu chefe, o Exmo. Senhor Chanceler e de dois assistentes técnicos, que colaboram nos serviços colocados ao dispor dos cidadãos.

Os serviços acima mencionados dizem respeito ao atendimento público, realização de inscrições consulares, vistos, elaboração de cartões de cidadãos e passaportes, atos de registo civil e notariado consular. Contudo, ainda na mesma linha de referência é preciso ter em conta que um dos empregados consulares desempenha paralelamente ao seu papel de assistente técnico, o cargo de secretária pessoal do chefe do posto consular, sendo-lhe incumbida a tarefa de colaborar com o titular no exercício das suas funções, nomeadamente a nível da agenda e de eventos.

A chefia da contabilidade está incumbida de igual modo ao chefe da chancelaria, encarregado de gerir e administrar as competências ordenadas no Regulamento Consular, entre elas a elaboração dos mapas da contabilidade em si e das intervenções realizadas, utilizando os recursos informáticos à disposição. Por outro lado, a organização do arquivo consular encontra-se à responsabilidade de um dos assistentes administrativos e consoante o artigo 13º, do Regulamento Consular, a sua disposição é feita em local seguro e nela encontram-se todos os documentos e materiais criados no posto consular e aí destinados.¹⁸

Quanto aos membros do pessoal de serviço, o Consulado Geral conta com dois assistentes operacionais responsáveis pela conservação e manutenção das instalações consulares. Estão também confiados às tarefas ligadas ao serviço de portaria, entrega e

¹⁷ Convenção de Viena sobre Relações Consulares, Decreto-Lei n.º 183/72 de 30 de maio, Diário do Governo, I Série, n.º 127, 30 de Maio de 1972.

¹⁸ Regulamento Consular, anexo ao Decreto-Lei n.º 71/2009 de 31 de março, Diário da República, 1.ª série - N.º 63 - 31 de Março de 2009.

levantamento de correspondência, pagamentos bancários e ainda prestam apoio quanto ao agendamento de pedidos de atendimento presencial por parte dos utentes do consulado.

Por último, embora este subcapítulo trate da estrutura orgânica contratada, o Consulado Geral de Portugal em Sevilha, conta atualmente com a colaboração das estagiárias do MNE, ao abrigo dos programas PEPAC MNE e PECMNE, que resultam numa grande ajuda ainda que temporária para o Consulado, quer a nível da administração quer a nível do apoio à diplomacia económica e cultural desenvolvida.

2.3. “Semana de Portugal em Sevilha”

As relações entre Portugal e Espanha vão para além das razões de proximidade geográfica, histórica e cultural que marcam os dois países. Dentro dessas mesmas relações e considerando em particular Portugal e a Andaluzia, existe uma partilha de interesses e de objetivos relacionados com diversos âmbitos, dos quais se destaca a cooperação no campo económico e empresarial, atividade que mereceu dedicação durante o estágio curricular vivido no Consulado Geral, na cidade sevilhana.

É pois considerando estes domínios partilhados entre ambos os países, Portugal e a comunidade autónoma andaluza especificamente, que ao longo dos últimos anos o Consulado Geral de Portugal em Sevilha, no quadro das comemorações do dia 10 de junho, Dia de Portugal, do poeta Luís Vaz de Camões e das Comunidades Portuguesas, procura organizar a “Semana de Portugal em Sevilha”, um programa de iniciativas destinadas a promover a qualidade e a excelência das empresas e do que melhor caracteriza o país.

Antes de transmitir o modo como funciona a celebração desta data, importa justificar o porquê da sua dimensão. Como é do conhecimento, trata-se de um dia em que se comemoram referências que identificam sem dúvida alguma o país. São símbolos que atribuem identidade à nação. A valorização do país, do idioma e das múltiplas comunidades que vivem espalhadas pelo mundo e que levam a cultura a outras partes.

Este projeto, para além de procurar conferir mais visibilidade aos produtos de excelência, constituindo uma oportunidade de promover a qualidade e a diversidade de produtos e difundindo assim a imagem de Portugal na região espanhola, tenta de igual modo fomentar o reforço dos laços de cooperação entre as instituições portuguesas e andaluzas, criando um conjunto de atividades quer no domínio económico, quer no domínio cultural e gastronómico.

Disposto a despertar os valores de desenvolvimento económico e social de Portugal e Espanha, o Consulado Geral tem concretizado diversos eventos com cariz semelhante, como é o caso do Festival de Fado, que contou com várias vozes da música popular portuguesa que tanto marca o que é português e elevado à categoria de Património Imaterial da Humanidade pela UNESCO, em 2011. Porém, a “Semana de Portugal em Sevilha” que marca a celebração do Dia de Portugal é a atividade do Consulado Geral que causa mais impacto.

É precisamente com o fado que culmina a presente iniciativa. No dia 10 de junho, o Consulado Geral de Portugal em Sevilha, realiza um concerto de fado, precedido das cerimónias de abertura e do discurso dirigido pelo Exmo. Senhor Cônsul Geral e seguido de uma receção orientada a cerca de trezentos convidados entre eles, destacados elementos do mundo político, económico, cultural, assim como da comunicação social da região.

Numa forma mais esquematizada o Dia de Portugal, no Consulado Geral de Portugal em Sevilha decorre dentro do seguinte formato, apresentado na **tabela 3**:

1. Acolhimento das entidades convidadas;
2. Cerimónias de abertura;
3. Discurso dirigido pelo Exmo. Senhor Cônsul Geral;
4. Momento de concerto de fado;
5. Receção/Cocktail;
6. Despedida e distribuição de uma pequena lembrança aos convidados.

Tabela 3 - Esquematização do programa realizado no dia 10 de junho, Dia Nacional. Fonte: Elaborada pela autora.

Faz parte da prática do Consulado Geral, proporcionar aos seus convidados uma mostra dos produtos portugueses disponibilizados pelas entidades que de alguma forma patrocinam a proposta realizada. Terminada a receção presenteia os mesmos com uma pequena oferta acompanhada de informação complementar que ajude a difundir os organismos dispostos a apoiar a iniciativa.

Nos anos anteriores o Consulado Geral tem também contado com o apoio do Turismo de Portugal, sendo possível divulgar as várias regiões do país como o Algarve e o Alentejo, zonas compostas de diversos produtos de referência e com muito para explorar, pelo qual este género de atividades aporta alguns resultados quanto à afluência de turistas a Portugal,

especialmente à região algarvia, vizinha da comunidade autónoma espanhola, a Andaluzia que possui cerca de 8,4 milhões de cidadãos.¹⁹

Para o Consulado Geral é claramente uma prazer colaborar e organizar ações desta dimensão no Pavilhão de Portugal em Sevilha, construído como já referido na Exposição Ibero-americana de 1929. Considerando o caráter cerimonial que possui este evento, importa cuidar que existe um conjunto de normas que devem ser seguidas, de modo a que todos os procedimentos ocorram de modo ordenado e elegante. Com isto faz-se referência àquele que é conhecido como protocolo oficial.

Segundo a obra dedicada ao protocolo do Exmo. Senhor Embaixador José de Bouza Serrano, nas cerimónias dos dias nacionais a presença do Corpo Diplomático acreditado no país, é obrigatória por questões de cortesia. Os convites enviados são elaborados de acordo com a lista de convidados assentada pelo Exmo. Senhor Cônsul Geral. Estes ficam ao encargo da sua secretária pessoal, que procura proceder ao envio com a maior antecipação possível (oito dias de antecedência), não só por uma questão de cortesia mas também a fim de possibilitar uma maior probabilidade de as entidades a serem convidadas, possuírem a disponibilidade necessária para poderem assistir à cerimónia. (Bouza Serrano, 2011: 429)

De acordo com o programa abreviadamente mencionado nos parágrafos anteriores, a cerimónia tem por costume conter um discurso realizado pelo Exmo. Senhor Cônsul Geral, que agradece a presença de todas as entidades, saudando-as, introduz de certa forma o significado que aporta aquele dia em especial para Portugal, realça os motivos que prendem as relações estabelecidas entre o Estado acreditante e o Estado recetor e termina com a descrição dos atos que se seguem ao momento discursivo, como a enumeração dos produtos de excelência que são servidos durante o cocktail, apresentando a região de que provêm, promovendo assim a visibilidade dos produtos portugueses e do que Portugal tem de melhor para oferecer.

Relativamente à receção realizada durante a cerimónia apresentada, esta apresenta-se sob a forma de *cocktail*, na qual pode ser concretizado um número superior de convites e que não exige o mesmo grau de formalismo de um jantar oficial. Durante o *cocktail* que tem lugar à noite, nos jardins do Consulado Geral, os convidados encontram-se de pé e têm a oportunidade de saborear a diversidade de produtos portugueses que caracterizam a gastronomia do país.

A “Semana de Portugal em Sevilha” tem tido sucesso junto daqueles que têm participado, não só pelo significado que possui, mas por toda a atenção, cuidado e rigor que lhe é depositado pelos que se empenham em obter êxito na sua concretização. Tudo isto graças ao modelo de protocolo seguido na preparação e no cronograma criado para a cerimónia daquele que é constituído como o dia representativo da nação, Dia de Portugal.

¹⁹ INE - Instituto Nacional de Estatística, Disponível em: http://www.ine.es/FichasWeb/RegComunidades.do?fichas=49&busc_comu=&botonFichas=lr+a+la+tabla+de+resultados [8 de abril de 2016].

Capítulo III - O Estágio Curricular no Consulado Geral de Portugal em Sevilha

Neste terceiro e último capítulo, consideram-se os objetivos previstos para a realização do estágio curricular e procede-se à esquematização e descrição de cada atividade desenvolvida ao longo dos meses da sua concretização, incluindo uma pequena análise, de modo a apresentar aspetos positivos e negativos que possam de alguma forma ter existido e influenciado na aquisição de domínios por parte da estagiária, na área de formação académica, ou seja, no âmbito das Relações Internacionais. Para finalizar, serão tratadas as expectativas iniciais e os resultados verificados, para perceber o que o estágio ofereceu e o que possivelmente poderá vir a ser melhorado relativamente ao campo das atividades exercidas.

As atividades desenvolvidas durante o estágio curricular descrito no presente relatório, realizado no Consulado Geral de Portugal em Sevilha, decorreram sob a alçada do Exmo. Senhor Cônsul Geral Dr. Jorge Monteiro e debruçaram-se sobre os domínios da diplomacia económica e a atividade exercida a nível da chancelaria, da instituição apoiando no que diz respeito às tarefas de cariz administrativo e técnico.

No âmbito diplomático foi possível colaborar junto com o Exmo. Senhor Cônsul Geral na atividade económica do Consulado Geral. A grande maioria das tarefas desempenhadas versou sobre a diplomacia económica. Entre as atividades concretizadas no eixo do apoio diplomático surgiu a possibilidade de participar em cerimónias, conferências, seminários e encontros dirigidos à apresentação dos resultados obtidos nas relações bilaterais estabelecidas entre Portugal e Espanha, mais concretamente Portugal e a Andaluzia, as necessidades de internacionalização e os níveis de trocas comerciais e exportações efetuadas, na exposição de possíveis oportunidades de negócio e de investimento quer num país, quer noutro.

A grande parte da intervenção e do empenho aplicado nesta área foi direcionada para o estabelecimento de contactos na tentativa de encontrar empresas e produtos que pudessem ser promovidos nos projetos organizados pelo Consulado Geral, procurando este aproveitar o momento para promover a visibilidade da excelência dos produtos, das empresas e do país, procurando também divulgar a oferta turística portuguesa. Os contactos foram efetuados tanto por escrito como por conversa telefónica na tentativa de conseguir iniciar um projeto de colaboração entre as associações e empresas e a instituição.

Durante as atividades o estágio contou igualmente com a participação em diversas reuniões que permitiram perceber como ocorrem os processos de cooperação. Dessas reuniões partiam muitas iniciativas para potenciais encontros empresariais e a facilitação de determinada informação que apoiasse o surgimento de possíveis negócios. A existência da cooperação empresarial, a apresentação de distintos setores que constituem oportunidades

para o investimento de empresas andaluzas, o que Portugal representa para a comunidade autónoma são fatores que contribuíram para a compreensão do papel que o Consulado Geral de Portugal em Sevilha concretiza em matéria de diplomacia económica.

À semelhança com a atividade anteriormente definida, durante o estágio também foi possível colaborar no que concerne à diplomacia cultural, através da participação em conferências e eventos e a colaboração na preparação de certas iniciativas do Consulado Geral. Mas também nesta direção foi permitido assistir a reuniões que procuravam organizar os preparativos iniciais para ações a serem realizadas num período posterior à conclusão do presente estágio, como exposições e festivais ligados à arte e à cultura em si.

Paralelamente foram realizadas determinadas atividades ligadas as funções administrativas executadas na chancelaria da instituição consular, nomeadamente a nível de atendimento público, proteção consular, arquivo, atualização das bases de dados, atos de notariado e recenseamento eleitoral e sistema de gestão consular.

Resumindo, as atividades desenvolvidas consistiram:

- Colaboração a nível das funções administrativas e técnicas do Consulado Geral, ao apoio consular e à proteção consular;
- Apoio nas atividades estratégicas ligadas à diplomacia económica do Consulado Geral.

O conjunto das atividades cumpridas no Consulado Geral de Portugal em Sevilha permitiu a abertura e transformação da formação académica, para o que se pode entender como realidade e experiência profissional. Possibilitou, ainda, o desenvolvimento de capacidades e competências polivalentes e por último, mas não menos importante do que os aspetos anteriores, o estágio e as atividades integrantes serviram para a compreensão de determinados conteúdos programáticos adquiridos durante o Mestrado em Relações Internacionais, designadamente a importância da sua presença no plano curricular e a relevância de certos temas abordados em relação ao ambiente institucional em que o estágio se insere.

3.1. Objetivos

O estágio curricular realizado no âmbito do Programa de Estágios Curriculares no Ministério dos Negócios Estrangeiros (PECMNE), nos Serviços Externos do MNE, dependeu de um objetivo geral e de certos objetivos específicos definidos, para aclarar metas e verificar a eficiência do estágio. Considerando a relevância que a definição dos objetivos para qualquer projeto profissional que constituem metas a atingir durante esta experiência, segue-se a exposição delineada dos objetivos deste estágio, na **tabela 4**:

Objetivo Geral

Adquirir capacidades dentro dos domínios cognitivo, psicomotor e afetivo, que contribuam para a formação académica e para a concretização de projetos futuros, quer pessoais, quer profissionais.

Objetivos específicos

Adquirir uma experiência de *know-how* que me enriqueça a nível profissional;

Alcançar conhecimentos e competências relativamente às funções desempenhadas e iniciativas concebidas pelo Consulado Geral de Portugal em Sevilha;

Contribuir para o fortalecimento da presença e da visibilidade de Portugal;

Colaborar na dinamização do Consulado Geral, quer a nível presencial, quer a nível tecnológico;

Exercer todas as funções que sejam solicitadas, nomeadamente a nível de arquivo, atendimento público, atualização das bases de dados, atos de notariado e registo civil, emissão de cartões do cidadão, sistema de gestão consular;

Apoiar a preparação, planificação e concretização de programas estratégicos criados no quadro da diplomacia económica e cultural;

Apoiar as empresas portuguesas presentes no mercado andaluz;

Conhecer o processo histórico que conduziu à fundação do Consulado Geral de Portugal;

Conhecer o respetivo quadro orgânico;

Perceber a importância da diplomacia nas Relações Internacionais;

Compreender a realidade das relações estabelecidas entre Portugal e Espanha mais concretamente Portugal e a Andaluzia;

Perceber o papel do Consulado Geral de Portugal em Sevilha como representante do Estado Português e da comunidade portuguesa presente na sua área de jurisdição (Sevilha, Ceuta e Melilha);

Aplicar conhecimentos adquiridos ao longo do primeiro ano do Mestrado em Relações Internacionais (2º Ciclo);

Estabelecer uma rede de contactos, *networking* pessoal e profissional que auxilie na aglomeração de experiências e futuras possibilidades para desenvolver novos projetos.

Tabela 4 - Apresentação do objetivo geral e objetivos específicos. Fonte: Elaborada pela autora.

3.2. Difusão e análise das atividades desenvolvidas

Estando definidas as metas para o estágio curricular objeto do presente relatório, apresentam-se em continuação, as atividades praticadas ao longo destes três meses que fazem parte do período de duração, do elemento de avaliação anteriormente mencionado. Para a concretização de cada função solicitada e de cada iniciativa organizada foi possível contar com o apoio e orientação dos membros responsáveis por cada cargo, quer no que diz respeito a atos consulares como no que respeita à diplomacia.

Considerando todas as diretrizes, todas as orientações, datas e papel ativo, a **tabela 5** ilustra as tarefas desempenhadas e iniciativas planeadas e efetuadas ao longo do estágio:

Referência Temporal	Atividade
11 de janeiro de 2016	O Consulado Geral: acolhimento e apresentação; SGC - Sistema de Gestão Consular.
19 de janeiro de 2016	Assinatura e ratificação de três protocolos de colaboração entre a Universidade do Algarve e a Universidade Pablo de Olavide.
22 de janeiro de 2016	Apresentação do Plano Estratégico de Internacionalização da Economia Andaluza, Horizonte 2020.
23 de janeiro de 2016	Conferência “Portugal, Espanha e os Sefarditas”.
Janeiro de 2016	Processo Eleitoral.
Fevereiro de 2016	Curso de Formação, “Redes Sociais, Ferramentas de Maximização da Comunicação Institucional - Gestão estratégica”.
6 de abril de 2016	Seminário sobre "Oportunidades de investimento no contexto luso-espanhol: prática empresarial".
Janeiro a abril	Diplomacia Económica e Diplomacia Cultural: - Reuniões. Proteção Consular: - Inscrições Consulares; - Pedidos de localização de paradeiro; - Pedidos de informação ao Consulado; - Perdas, roubos e extravios; - Processos de detidos.

	<p>Notariado Consular:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Legalização de documentos; - Traduções; <p>Relações Institucionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organização de encontros, conferências e outros eventos.
Fevereiro a junho	«Semana de Portugal em Sevilha» - Comemorações do Dia de Portugal (10 de junho).

Tabela 5 - Atividades desenvolvidas e iniciativas planeadas e assistidas ao longo do estágio.
 Fonte: Elaborada pela autora.

3.2.1. O Consulado Geral: acolhimento e apresentação

O estágio curricular teve início no dia 11 de janeiro de 2016, no Consulado Geral de Portugal em Sevilha e o acolhimento foi assumido pelo Exmo. Senhor Chanceler, Dr. Paulo Mesquita, que apresentou toda a equipa que colabora no funcionamento do Consulado Geral e mostrou todas as instalações consulares (Gabinete do Senhor Cônsul; Gabinete do Senhor Chanceler; Salão Nobre; Chancelaria e Arquivo) e respetivas funções desempenhadas em cada uma delas.

A receção por parte do Consulado Geral foi positiva, tendo contribuído para a adaptação adequada e necessária no que diz respeito ao local de estágio e à realização das funções solicitadas, para a concretização devida do referido estágio curricular. A apresentação do Consulado Geral como edifício serviu também para o conhecimento de informações relevantes para a construção do presente relatório de estágio, nomeadamente no que respeita à fundação e constituição do Consulado Geral.

3.2.2. SGC - Sistema de Gestão Consular

Na fase de adaptação ao estágio foi solicitada a leitura do manual dedicado ao Sistema de Gestão Consular, que permitiu a aprendizagem de conhecimentos ligados à forma simples e mecanizada de gerir os serviços consulares. Após a compreensão das diversas funções que aporta o SGC, assim como o seu modo de utilização, foi facultado o acesso ao domínio prático, possibilitando deste modo a noção das tarefas geridas através do sistema, dentro das quais são mencionadas, nomeadamente:

- Inscrições Consulares;

- Pesquisa de dados dos utentes;
- Transferência de dados dos utentes, dos atos praticados e das receitas cobradas, para a base de dados central, no MNE;

Esta tarefa esteve a cargo do senhor chanceler e não só contribuiu para diversos domínios do conhecimento relativos à gestão consular, como também serviu para o exercício das funções que foram solicitadas ao longo do estágio, designadamente inscrições consulares e atualização da base de dados, tendo sido uma etapa fundamental para a realização do mesmo e para a elaboração do presente relatório.

3.2.3. Assinatura e ratificação de três protocolos de colaboração entre a Universidade do Algarve e a Universidade Pablo de Olavide

No dia 19 de janeiro de 2016, decorreu no Salão Nobre, do Consulado Geral uma cerimónia de assinatura e ratificação de três protocolos, pela Universidade do Algarve e pela Universidade Pablo de Olavide. O Protocolo Geral de colaboração académica, científica e cultural entre a Universidade Pablo de Olavide, de Sevilha e a Universidade do Algarve, o Convénio específico para a realização do Mestrado em Direção Técnica de Atividades e Instalações Desportivas e o Convénio de mobilidade internacional de estudantes e professores entre o Mestrado Universitário de Finanças e Banca, da Universidade Pablo de Olavide e o MSc. In Financial Economics da Universidade do Algarve visam fortalecer as relações de cooperação entre as duas universidades.

Tanto por parte do Professor Doutor António Branco como pelo Professor Doutor Vicente de Guzmán, os referidos protocolos, que constituem mais um passo no desenvolvimento dos projetos de colaboração já estabelecidos anteriormente por ambas as instituições formativas, são tidos de forma bastante positiva.

Na celebração referenciou-se também o desejo na concretização de candidaturas a projetos de financiamento europeu, sendo igualmente anunciada a vontade, por parte do Senhor Reitor da Universidade de Pablo de Olavide, em contribuir para a intensificação da aprendizagem da língua portuguesa na Andaluzia.

A atividade serviu para o conhecimento dos procedimentos adotados na preparação e execução de cerimónias deste caráter e contabilizou positivamente para a perceção da relevância que estas iniciativas aportam para o desenvolvimento das regiões vizinhas, principalmente para a compreensão da forma como contribuem para a valorização de Portugal e da língua portuguesa.

3.2.4. Apresentação do Plano Estratégico de Internacionalização da Economia Andaluza, Horizonte 2020

No dia 22 de janeiro, no Palácio de São Telmo, aquele que é atualmente a sede do governo da Andaluzia, houve oportunidade de assistir junto com o Senhor Cônsul, à

apresentação do Plano Estratégico de Internacionalização da Economia Andaluza, Horizonte 2020, dirigida pela Senhora Presidente da Junta da Andaluzia, Susana Díaz.

Durante a apresentação foram referidos alguns dados e resultados sobre a evolução das exportações andaluzas, sendo anunciado o desenvolvimento económico da comunidade autónoma. O plano supramencionado, procura essencialmente estimular a internacionalização, reforçar o peso das exportações no PIB, fortalecer o tecido empresarial e a inovação, originar mais emprego com qualidade e em igualdade, promover a diversidade geográfica das exportações, atrair o investimento estrangeiro à comunidade e impulsionar os serviços de informação, gestão e avaliação da internacionalização (EXTENDA, 2016:33).

A participação nesta cerimónia organizada pela Agência Andaluza de Promoção Exterior (EXTENDA) resultou numa experiência positiva que proporcionou diversos conhecimentos no que respeita ao plano estratégico, aos objetivos estabelecidos para fomentar o crescimento económico e a criação de emprego na Andaluzia, assim como o conhecimento dos resultados já obtidos e esforços realizados, estratégias e metodologias adotadas para atingir as metas definidas. Importa do mesmo modo referenciar o estabelecimento de contactos com destacadas personalidades também presentes.

3.2.5. Conferência “Portugal, Espanha e os Sefarditas”

No dia 23 de janeiro de 2016, teve lugar uma conferência intitulada “Portugal, Espanha e os Sefarditas”, organizada pelo Centro Cultural Lusófono, que contou com a colaboração do Consulado Geral de Portugal e com o Instituto de Idiomas da Universidade de Sevilha. A conferência decorreu no Salão Nobre do Consulado Geral e foi dirigida pelo escritor Fernando Cabrita, Prémio Internacional de Poesia Palavra Ibérica 2010.

A conferência consistiu no percurso histórico sobre a presença dos judeus sefarditas nos territórios que mais tarde seriam Portugal e Espanha, desde as suas origens até aos dias de hoje e terminou com um concerto musical a cargo de Iman Kandoussi e Juan Manuel Rubio, dois artistas de música sefardi, com a colaboração da associação “Be Sepharad”.

A atividade esclareceu questões ligadas aos sefarditas presentes na península ibérica, ocasionou o contacto com a cultura sefardita e sugeriu a reflexão sobre determinadas problemáticas, nomeadamente, no que respeita à recente legislação adotada por Portugal e Espanha, relativamente à possibilidade de obtenção de nacionalidade por parte dos descendentes de judeus sefarditas. Esta reflexão permitiu interiorizar o fato de mais que um cunho histórico e verídico, mais que a obtenção da nacionalidade, trata-se claramente de um direito.

3.2.6. Processo Eleitoral

Tendo o início do estágio curricular coincido com o período de eleições presidenciais, que decorreram nos dias 23 e 24 de janeiro deste ano, foi incumbida a tarefa

de verificar e organizar os dados de todos os cidadãos portugueses que constassem na lista de alterações dos cadernos de recenseamento. Os dados foram confirmados e ordenados tanto no SGC, como na base de dados de inscritos do Consulado Geral. Todo este processo serviu para posterior convite à mesa de voto, dirigido aos eleitores recenseados na área de jurisdição consular.

No que respeita ainda a matéria eleitoral, foi também delegada a tarefa de ao longo do período de estágio, contactar os cidadãos portugueses inscritos no Consulado Geral e que não estivessem recenseados, com o fim de incentivar a realização do recenseamento eleitoral, tendo em conta que este constitui um ato voluntário para os cidadãos residentes no estrangeiro.

O balanço desta atividade aborda tanto aspetos positivos como aspetos negativos, pois da mesma maneira que serviu para ter noção do número de eleitores e de todos os esforços feitos por parte do Consulado Geral, para estimular a inscrição dos cidadãos portugueses no recenseamento eleitoral e incitar a sua participação nos atos eleitorais, serviu igualmente para verificar algum desconhecimento do seu direito de voto enquanto cidadãos portugueses residentes no estrangeiro e também o desinteresse por parte dos mesmos quanto à política portuguesa.

3.2.7. Curso de Formação, “Redes Sociais, Ferramentas de Maximização da Comunicação Institucional - Gestão estratégica”

Durante o mês de fevereiro, houve oportunidade de participar no curso de formação, “Redes Sociais, Ferramentas de Maximização da Comunicação Institucional - Gestão estratégica”, através da Plataforma de Formação do MNE, operada pelo Centro de Formação do IDI.

A formação à distância, administrada pelo formador Dr. Jorge Remondes, tinha como objetivos proporcionar conhecimentos relacionados com as redes sociais, facultando um enquadramento conceptual e funcional da temática, ao mesmo tempo que concedia técnicas básicas que tornassem a utilização das redes mencionadas mais eficiente, procurando que as metas delineadas com base na análise estratégia efetuada, fossem atingidas.

Com efeito, o curso de formação procurou dar a conhecer o conceito de redes sociais, assim como a sua evolução no mundo e a sua utilização por países. Apresentou as redes sociais como um meio de comunicação entre a instituição e o público-alvo, uma forma de estabelecer contactos e de aproximação ao público que pretende atingir. Uma maneira de trocar informações em tempo real, tanto a nível nacional como internacional, com a possibilidade de participação de vários interlocutores, através de uma esfera digital cada vez mais gigantesca.

O curso procurou ainda consciencializar os participantes para as possibilidades e desafios que a utilização das redes sociais pode trazer para a instituição em causa. Ao passar de um breve enquadramento à gestão estratégica das redes sociais, a formação *e-learning*

permitiu aprender a efetuar o processo de gestão que começa por um diagnóstico, que ajuda a definir quais os objetivos a atingir e através destes determinar qual a estratégia a adotar tanto em relação ao público-alvo como à diferenciação que se deseja seguir em relação a outras instituições públicas, devendo depois existir a elaboração de um orçamento e de um plano de avaliação e controlo dessa gestão.

Esta atividade resultou positiva no sentido da aquisição de conhecimentos no campo informativo, sendo atingidos objetivos no que diz respeito aos domínios do saber e do saber-fazer, permitindo encarar de outra forma o mundo das redes sociais. O curso de formação possibilitou de igual modo o desenvolvimento profissional, podendo existir um melhor desempenho e contribuir para a dinâmica do Consulado Geral, colaborando na sua evolução e no processo de proximidade e interação com o público-alvo que deseja alcançar.

3.2.8. Seminário sobre "Oportunidades de investimento no contexto luso-espanhol: prática empresarial"

No dia 6 de abril de 2016, teve lugar no Consulado Geral de Portugal em Sevilha, um seminário intitulado "Oportunidades de investimento no contexto luso-espanhol: prática empresarial", organizado pelo escritório de advogados Cuatrecasas, Gonçalves Pereira e o Conselho Empresarial Andaluzia Portugal (CEAP) em conjunto com o Consulado Geral.

Nesta jornada foram abordadas oportunidades de negócio e de investimento nos dois países, contando com a participação do ilustre Dr. António Vitorino e do Dr. Joaquin Cuesta e Dr. Diogo Ortigão Costa, especialistas em direito fiscal quer de Portugal, quer de Espanha pertencentes ao escritório de advogados supramencionado. O seminário pode contar igualmente com a moderação de um dos pontos desenvolvidos, por parte do Dr. Eduardo Henriques, Diretor da AICEP em Espanha, havendo a oportunidade de escutar a intervenção de quem pode viver esta experiência desde o ponto e vista prático como o Dr. Pedro Couceiro, do grupo português Tomates del Sur e a Dra. Marta Piqué da Endesa.

Esteve ainda presente o Senhor Presidente da Câmara de Sevilha, Dr. Juan Espadas e a Conselheira Delegada da EXTENDA, Dra. Vanessa Bernard, que inauguraram o seminário junto com o Exmo. Sr. Cônsul Geral Dr. Jorge Monteiro. Ao longo da jornada foram várias as vezes que se mencionaram as relações económicas bilaterais, sendo os dois países destinos um do outro de um valor considerável de exportações e de investimentos.

Deste seminário merece destaque a intervenção do Dr. António Vitorino que dirigiu o seu discurso às oportunidades e desafios que Portugal e Espanha possuíam no âmbito do quadro europeu. Mencionou a comemoração da entrada de ambos os países à CEE precisamente há 30 anos, referindo as mudanças profundas que sofreram e os benefícios que conseguiram graças a essa adesão. Falou das crises vividas na UE e mencionou que a resposta encontrava-se na solidariedade e na igualdade entre os países.

O seminário terminou com a apresentação das vantagens e desafios do ponto de vista fiscal como um veículo para o investimento, tanto por parte de Portugal como por Espanha.

Por último, tiveram a palavra, do ponto de vista empresarial, o Dr. Pedro Couceiro e a Dra. Marta Piqué, que falaram das suas experiências e do modo como efetuaram o seu investimento no país vizinho.

Esta atividade serviu para a aquisição de um conjunto de objetivos como o conhecimento no que respeita ao âmbito económico e empresarial, *networking* e a compreensão da realidade das relações estabelecidas entre Portugal e Espanha mais concretamente Portugal e a Andaluzia.

3.2.9. Diplomacia Económica e Diplomacia Cultural

Durante o estágio curricular houve oportunidade de participar em reuniões direcionadas à diplomacia económica e à diplomacia cultural. Estas reuniões contaram com a presença de entidades do campo empresarial e de instituições ligadas ao campo da economia e da cultura, interessadas no desenvolvimento de certos projetos, como o investimento em Portugal ou a concretização de encontros empresariais, que possibilitassem o contacto e um possível negócio entre empresas portuguesas e espanholas.

No âmbito cultural, dado que a atividade de estágio desenvolvida no Consulado Geral encontrava-se dirigida à diplomacia económica, as reuniões assistidas foram pouco frequentes. No entanto, no que diz respeito às quais houve ocasião de participar, estas tinham dentro dos objetivos conhecidos o de intercambiar a arte e a cultura entre ambos os países, a organização de festivais, no sentido de divulgar as riquezas que ambos os países têm para oferecer neste âmbito.

As reuniões serviram também como base para a preparação, planificação e organização das atividades inseridas no programa de iniciativas criado no âmbito das comemorações do dia nacional, Dia de Portugal, de Luís Vaz de Camões e das Comunidades Portuguesas. De forma mais específica cuidaram do programa em si, de possíveis contactos a efetuar para a angariação de apoios que serviriam para promover a visibilidade do produto e das empresas ou instituições colaboradoras, para fomentar o interesse pelas regiões portuguesas, como referido no capítulo anterior.

A participação nas reuniões permitiu atingir grande parte dos objetivos tais como:

- A capacidade de contribuir para o fortalecimento da presença e da visibilidade de Portugal;
- Apoiar a preparação, planificação e concretização de programas estratégicos criados no quadro da diplomacia económica e cultural;
- Apoiar as empresas portuguesas presentes no mercado andaluz;
- Perceber a importância da diplomacia nas Relações Internacionais;

- Compreender a realidade das relações estabelecidas entre Portugal e Espanha mais concretamente Portugal e a Andaluzia;
- Perceber o papel do Consulado Geral de Portugal em Sevilha como representante do Estado Português e da comunidade portuguesa presente na sua área de jurisdição (Sevilha, Ceuta e Melilha);
- Aplicar conhecimentos adquiridos ao longo do primeiro ano do Mestrado em Relações Internacionais (2º Ciclo);
- Estabelecer uma rede de contactos, *networking* pessoal e profissional que auxilie na aglomeração de experiências e futuras possibilidades para desenvolver novos projetos.

Esta atividade resultou numa experiência positiva, no que respeita aos esforços realizados e a toda a dinâmica envolvida, pois possibilitou uma aquisição de conhecimentos que poderão vir a ser aplicados num futuro próximo no quadro de uma futura atividade profissional.

3.2.10. Proteção Consular

Ao longo do período de estágio foi possível realizar determinadas tarefas no âmbito da proteção consular entre elas, as inscrições consulares, os pedidos de localização de paradeiro, pedidos de informação ao Consulado Geral, tratamento de perdas, roubos ou extravios e processos de detidos.

Relativamente às inscrições consulares, as atividades desempenhadas reincidiram sobre a elaboração de fichas de inscrição dos utentes do Consulado Geral. As fichas de inscrição possuem dados de identificação de cada utente e que se tornam necessários quando é solicitado ao Consulado Geral um pedido por parte do cidadão. Por vezes são recebidos pedidos de cidadãos que não têm inscrição no Consulado Geral ou são familiares de cidadãos inscritos e por isso passam a fazer parte do SGC como não inscritos.

Ainda no que respeita à inscrição consular, o Consulado Geral de Portugal em Sevilha tem procedido ao longo destes meses a uma atualização das suas bases de dados, recorrendo aos processos guardados em arquivo e às fichas de inscrição existentes no Sistema de Gestão Consular para verificar os dados do utente e em caso de necessidade contactar com este para que confirme as informações relacionadas com a sua residência e contactos telefónicos ou eletrónicos.

Neste momento o Consulado Geral conta com mais de oito mil inscrições, sendo que estas podem ser divididas entre as classificações de inscritos residentes na área de jurisdição consular (no caso de residirem em Andaluzia, Ceuta e Melilha), inscritos fora da área de jurisdição consular, utentes que regressaram a Portugal e falecidos.

Quanto aos pedidos de paradeiro foi permitido auxiliar o Consulado Geral a informar familiares e instituições judiciais que através dos seus ofícios solicitavam informações sobre o paradeiro de um ou mais cidadãos de nacionalidade portuguesa. Nesses casos o Consulado Geral recorria ao SGC para perceber se o cidadão ou cidadãos em causa se encontravam inscritos podendo no caso de o resultado ser afirmativo facultar a informação relacionada com a sua residência e com os seus contactos pessoais.

Ao Consulado Geral de Portugal em Sevilha são feitos com frequência pedidos de informação quer por via eletrónica, quer por telefone, quer presencialmente. Estes pedidos passam por questões turísticas como possibilidades de visitas a monumentos portugueses e localidades portuguesas, informações sobre os melhores acessos a essas mesmas localidades, quer seja por transporte terrestre, quer seja por transporte aéreo e algumas questões sobre o pagamento de portagens. Outro tipo de questões recai sobre temas relacionados com as Finanças e a Segurança Social.

Nestes casos o Consulado tenta da melhor forma prestar apoio ao cidadão que solicita a ajuda. Este recorre a páginas da internet informativas, a mapas existentes nas instalações consulares ou em caso de inexistência de informação, recorre ao contacto telefónico com as instituições adequadas para dar determinada informação. Tudo de modo a servir da melhor forma as necessidades do cidadão.

Ainda no que concerne à proteção consular, constituiu parte da atividade desenvolvida no Consulado Geral as tarefas relacionadas com as perdas, roubos e extravios de documentos entregues pela Polícia e com os processos de detidos. Em relação a ambas as tarefas, o trabalho desempenhado consistiu no registo de entrada do ofício e dos documentos em questão. A diferença existe no facto de no caso de perda, roubo ou extravio de documentos ser necessária a identificação do cidadão e a tentativa de localização do mesmo para a sua respetiva entrega.

As atividades desempenhadas no ato de proteção consular obtiveram um resultado positivo devido ao fato de permitirem uma maior aproximação com os cidadãos portugueses, que estabelecem contactos com o Consulado Geral. Foi possível observar o modo como a instituição consular se mantém em contacto com os seus utentes procurando uma proximidade constante e uma resposta eficaz às carências dos mesmos.

3.2.11. Notariado Consular

No que diz respeito ao ato de Notariado Consular, o Consulado Geral permitiu a realização de determinadas tarefas como o envio de documentos a legalizar junto da Procuradoria-Geral da República. Muitos desses documentos que necessitam ser apostilados são posteriormente traduzidos.

Ao longo do presente estágio curricular foi solicitada a execução de traduções tanto da língua espanhola à língua portuguesa como da língua portuguesa à língua espanhola. Esta atividade permitiu traduzir convenções antenupciais, certidões de nascimento, procurações

públicas para representação, entre outros documentos solicitados pelos utentes do Consulado Geral.

Esta atividade contribuiu de forma positiva para o desenvolvimento linguístico, para a aquisição de conhecimentos no que respeita ao ato de notariado consular e permitiu perceber de que modo o Consulado Geral pode representar as instituições administrativas portuguesas no estrangeiro.

3.2.12. Relações Institucionais

Durante o estágio curricular desenvolvido no Consulado Geral houve oportunidade de colaborar na organização de diversos eventos, para além do Dia de Portugal. Esses eventos estiveram ligados a múltiplos domínios entre eles o económico, o cultural e o académico.

Ao longo destes meses foi possível ajudar no planeamento e na concretização de atividades entre elas, as visitas ao Consulado Geral, conferências como as que já foram mencionadas anteriormente, entre outras. Na organização destes eventos foi solicitada a contribuição no que diz respeito à confirmação e introdução de dados referentes à lista de convidados, para posterior convite e elaboração de cartas a solicitar o apoio e presença de diversas entidades.

A atividade direcionada às relações institucionais teve as suas vantagens pois ajudou a compreender a dinâmica que todos estes processos de planeamento, organização e concretização possuem assim como contribuiu para a concretização de objetivos delineados para o estágio, como colaborar no processo de dinamização do Consulado Geral a nível presencial e apoiar a preparação, planificação e concretização de programas estratégicos criados no quadro da diplomacia económica e cultural.

3.2.13. “Semana de Portugal em Sevilha” - Comemorações do Dia de Portugal (10 de junho)

Merece a pena mencionar de novo aquele que é considerado o maior evento para o Consulado Geral de Portugal em Sevilha, não só pela atividade em si mas por todo o simbolismo que lhe diz respeito. Como anteriormente referido o Consulado Geral tem procurado nos últimos anos organizar no quadro das comemorações do Dia de Portugal, um programa de iniciativas destinado a promover a visibilidade dos produtos e da imagem do país.

Para a concretização desse objetivo e devido à colaboração no que diz respeito ao âmbito da atividade económica foram efetuados alguns contactos com possíveis empresas que

pudessem patrocinar a presente iniciativa. Esses contactos foram estabelecidos quer por escrito, quer por conversa telefónica obtendo frutos que em muito contribuíram para a esperança no sucesso da atividade.

A preparação e organização desta atividade só pode ser avaliada de forma positiva devido ao facto de desde o início permitir a concretização de praticamente todos os objetivos propostos para este estágio curricular, principalmente no que toca ao estabelecimento de uma rede de contactos, ao estabelecimento de *networking* pessoal e profissional que auxilie na aglomeração de experiências e futuras possibilidades para desenvolver novos projetos. Assim como o alcance do objetivo que procurava perceber de que forma o Consulado Geral contribuía para a representação e promoção dos interesses do Estado Português e da comunidade portuguesa.

3.3. Reflexão Crítica

O Consulado Geral de Portugal em Sevilha consiste num posto consular apreciado pelo seu estatuto, pela sua apresentação e pelo papel que desempenha enquanto à sua atividade, ao considerar os elementos que o constituem como a representação, a promoção, a informação, a proteção, a negociação e a extensão externa do serviço público, que lhe permite estar ao dispor da comunidade portuguesa presente na Andaluzia, Ceuta e Melilha, procurando manter um grau de proximidade e servir eficazmente as necessidades solicitadas pela mesma.

Considerando as atividades desempenhadas ao longo dos meses do estágio curricular apresentado e que são alvo de análise através do presente capítulo, pode reconhecer-se que da experiência vivida foram múltiplas as oportunidades e os desafios que foram enfrentados e que contribuíram de alguma forma para a formação académica.

Durante o estágio foi possível a participação em diversas atividades organizadas no âmbito diplomático, em conferências, encontros, seminários, reuniões e a colaboração em tarefas de ação consular como proteção consular, notariado consular, processo eleitoral, entre outros atos que ofereceram um conjunto de saberes e que deram uma experiência verificada quer a nível pessoal, quer profissional.

Tomando como base os objetivos predefinidos, as atividades descritas anteriormente aportam como resultados positivos, o conhecimento adquirido nos domínios cognitivos e práticos (principalmente no domínio diplomático e mais concretamente na atividade económica), a evolução pessoal e profissional com a aquisição de certas capacidades e competências desenvolvidas no processo de planeamento, organização e concretização dos projetos do Consulado Geral de Portugal em Sevilha, o conjunto de valores obtidos fruto da experiência profissional e do ambiente vivido na instituição consular, (especialmente o relacionamento entre os membros do posto consular), a oportunidade de observação da dinâmica consular e da diplomacia em si, de modo a compreender melhor o seu papel nas

relações internacionais e por último a oportunidade do estabelecimento de contactos que podem vir a resultar em oportunidades reconhecidas num futuro próximo.

Considera-se como ponto a corrigir, gradualmente, o fato de uma parte dos cidadãos portugueses presentes na área de jurisdição do Consulado Geral revelarem algum desinteresse por diversas questões ligadas ao país, como foi reconhecido no momento de efetuar recenseamentos eleitorais. Essas questões passam geralmente pelo desprendimento por parte dos mesmos quanto a diversos domínios, nomeadamente aqueles ligados à política portuguesa.

Reconhecendo a evolução tecnológica sentida nos últimos anos importa considerar o fato de o Consulado Geral de Portugal em Sevilha procurar estar cada vez mais presente e próximo do seu público-alvo, da comunidade portuguesa presente na sua área de jurisdição, das entidades do tecido empresarial e cultural e das instituições locais e similares, com o objetivo de assegurar a visibilidade do país e da interação entre a instituição e o público-alvo definido.

Constatando os esforços realizados por todos os elementos do Consulado Geral para a seu funcionamento e manutenção espera-se que o seu percurso seja de contínua evolução, de modo a dar seguimento aos resultados que tem obtido recentemente, melhorando de dia para dia, ano após ano, em prol da continuidade e do reforço das boas relações com o país vizinho e do prosseguimento da representação do Estado português e da comunidade portuguesa.

Considerações finais

As relações entre Portugal e Espanha vão para além das razões de proximidade geográfica, histórica, cultural e económica. Os dois países partilham não só o mesmo espaço geográfico como também ao longo de vários séculos têm partilhado diversos acontecimentos, entre eles a adesão à Comunidade Europeia, cujo passo celebra atualmente os seus 30 anos de concretização. Partilham também como consequência do espaço físico em comum e da adesão supramencionada, as crises que se manifestaram no seio da União Europeia, nomeadamente a crise do euro e dos fluxos migratórios, que ambos os países têm dado resposta através da cooperação, da solidariedade e das boas relações bilaterais estabelecidas quer no âmbito cultural, quer no económico e empresarial.

Em particular, Portugal e a Andaluzia ocupam um lugar de relevo dentro dessas mesmas relações, partilhando objetivos e interesses em diversos domínios. Com a eliminação das fronteiras, a facilidade de comunicação e a livre circulação de pessoas, bens e serviços, a comunidade portuguesa atingiu uma dimensão global considerável. Atualmente podem ser encontrados cidadãos portugueses em todos os cantos do mundo e a região autónoma andaluza tem esse fenómeno bem presente, tendo em conta a grande quantidade de nacionais portugueses que a habitam.

O Consulado Geral de Portugal em Sevilha como posto consular, cuja área de jurisdição diz respeito à Andaluzia, Ceuta e Melilha, tem exercido as suas funções consulares

procurando prestar apoio consular e estabelecendo relações bilaterais, protegendo os interesses do Estado português e da comunidade portuguesa e promovendo o país, os produtos e as empresas portuguesas no mercado andaluz. As funções consulares possuem uma grande importância nas relações internacionais em prol do bem-estar de ambos os países os valores como o da cooperação, da liberdade, da segurança e da justiça, são cruciais nas relações existentes.

O estágio curricular realizado no Consulado Geral correspondeu à aquisição de conhecimento e competências que considero fundamentais para o meu futuro profissional, na medida em que constituiu uma oportunidade única no que respeita à experiência profissional no âmbito da atividade diplomática e à formação profissional não só nesse domínio como também no que respeita à evolução pessoal, como ser humano.

As atividades desenvolvidas quer a nível da colaboração nas funções administrativas e técnicas do Consulado Geral, do apoio consular e da proteção consular, quer no que respeita ao apoio prestado nas atividades estratégicas ligadas à diplomacia económica, possibilitaram o contacto com diversas e destacadas entidades do mundo institucional e empresarial e aquisição de conhecimento acerca da dinâmica de diversos setores e permitiram também perceber a necessidade que o Consulado Geral de Portugal em Sevilha tem de alargar o número de membros que nele exercem as suas funções.

Apesar de toda a dedicação e competência observada foi possível constatar que é, de todo fundamental, poder vir a contar com mais membros no posto consular que, devido à crise económica que se faz sentir em Portugal e face aos constrangimentos orçamentais tem limitado a capacidade de ação. Porém, considerou-se, ainda assim, importante referir esta necessidade, procurando manifestar alguma preocupação e algum interesse em ver a concretização da amplificação dos membros desta instituição consular que se tem desdobrado para garantir a eficácia das suas funções e asseverar a aprofundação das relações bilaterais que apresentam ano após ano resultados merecedores de destaque.

O contributo deste estágio foi bastante positivo e espera-se que num futuro próximo, projetos como este sejam alcançados, podendo contribuir uma vez mais para a dinâmica da promoção da imagem do país, do que Portugal tem de melhor para oferecer e da proteção dos seus interesses e da comunidade portuguesa, prestando apoio às necessidades de quem leva Portugal a cada canto do mundo e contribuindo para a prossecução dos projetos e iniciativas que ajudem a sua prosperidade.

Bibliografia

Livros:

Bacelar Gouveia, Jorge (2015) *Textos Fundamentais de Direito Internacional Público*, Edições Almedina, Coimbra;

Bouza Serrano, José de (2011) *O Livro do Protocolo*, A Esfera dos Livros, Lisboa;

Caballero, Blanca (2006) *La Diplomacia y su protocolo*, Colección área de formación, Volume 14, Ediciones Protocolo, Madrid;

Calvet de Magalhães, José (2005) *A Diplomacia Pura*, Editorial Bizâncio, Lisboa;

Calvet de Magalhães, José (2005) *Manual Diplomático - Direito Diplomático, Prática Diplomática*, Editorial Bizâncio, Lisboa;

Fisher, Roger; Ury, William e Patton, Bruce (2012) *Como conduzir uma negociação - Chegar ao Sim*, Lua de Papel;

Galán, Juan Eslava (s.d.) *Historia de España contada para escépticos*;

García, Amparo Graciani (2010) *La Participación Internacional y Colonial en la Exposición Iberoamericana de Sevilla de 1929*, Signatura Ediciones de Andalucía, S. L.;

García, Amparo Graciani (2013) *El Pabellón de Portugal en la Exposición Iberoamericana (Sevilla, 1929)*, Ibersponsor, Consultores de Comunicación;

Oliveira, César (1995) *Cem Anos nas Relações Luso - Espanholas*, Lisboa: Cosmos;

Rudolf Mosse Ibérica, S. A. (s.d.) *Sevilla. Exposición Iberoamericana de 1929-1930: Guia Oficial*.

Sousa, Fernando et all (2000) *Relações Portugal-Espanha: Cooperação e Identidade*, CEPESE / FRAH;

Artigos:

Mathias, Leonardo (2006) *A Arte da Negociação*, NegóciosEstrangeiros . 9.1.

Revistas:

Carvalho et al. (2010) *Portugal-Espanha, Negócios Transfronteiriços*, Portugal Global, AICEP.

Documentos Oficiais:

Ato Único Europeu, 2010. Disponível em: <http://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/HTML/?uri=URISERV:xy0027&from=PT> [17 de abril de 2016];

Convenção de Viena sobre Relações Consulares, Decreto-Lei n.º 183/72 de 30 de maio, Diário do Governo, I Série, n.º 127, 30 de Maio de 1972;

Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, Decreto-Lei n.º 48 295 de 27 de Março de 1968;

O Tratado de Lisboa, Disponível em: <http://europedirect.aignmadeira.com/cms/wp-content/uploads/2013/04/O-Tratado-de-Lisboa.pdf> [17 de abril de 2016];

Regulamento Consular, anexo ao Decreto-Lei n.º 71/2009 de 31 de março, Diário da República, 1.ª série - N.º 63 - 31 de Março de 2009;

Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia ou Tratado CEE - texto original (versão não consolidada), 2010, Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=URISERV:xy0023&from=PT> [17 de abril de 2016];

Versão Consolidada do Tratado da União Europeia, União Europeia, 2010, Disponível em: http://europa.eu/pol/pdf/consolidated-treaties_pt.pdf, [17 de abril de 2016];

Páginas:

EXTENDA - Agência Andaluza de Promoção Exterior, Observatório da internacionalização da economia andaluza, Disponível em: <http://www.extenda.es/web/opencms/servicios/observatorio/> [17 de abril de 2016];

INE - Instituto Nacional de Estatística, Disponível em: http://www.ine.es/FichasWeb/RegComunidades.do?fichas=49&busc_comu=&botonFichas=lr+a+la+tabla+de+resultados [8 de abril de 2016];

Portal das Comunidades Portuguesas, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Disponível em: <https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/quem-somos/direcao-geral-dos-assuntos-consulares-e-das-comunidades-portuguesas/missao> [17 de abril de 2016];

Turismo de Sevilla. El Ayuntamiento informa. Año 2015, Ayuntamiento de Sevilla. Disponível em: http://www.visitasevilla.es/sites/default/files/informe_anual_2015.pdf [17 de abril de 2016].

Anexos

Anexo A - Pavilhão de Macau na Exposição Iberoamericana de Sevilla de 1929

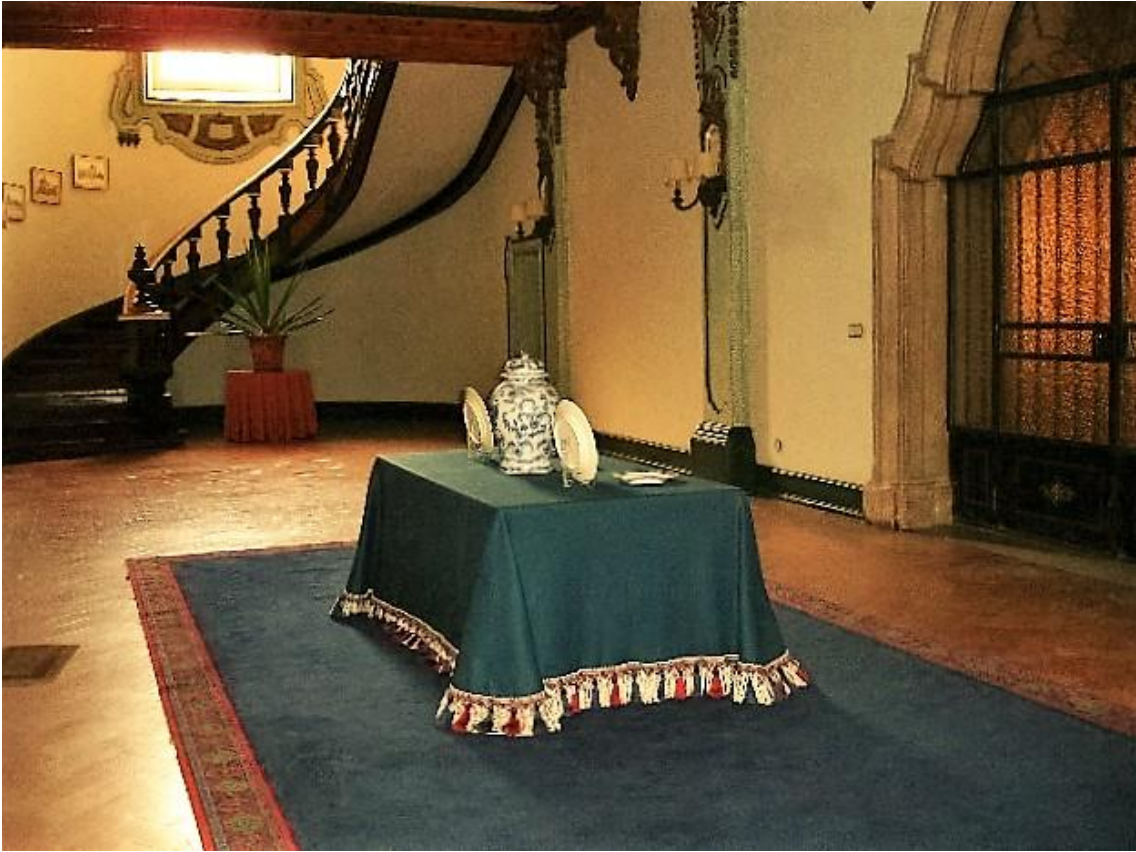


Anexo B - Salão Nobre do Pavilhão Nacional de Portugal



Anexo C - Comunicação entre as galerias

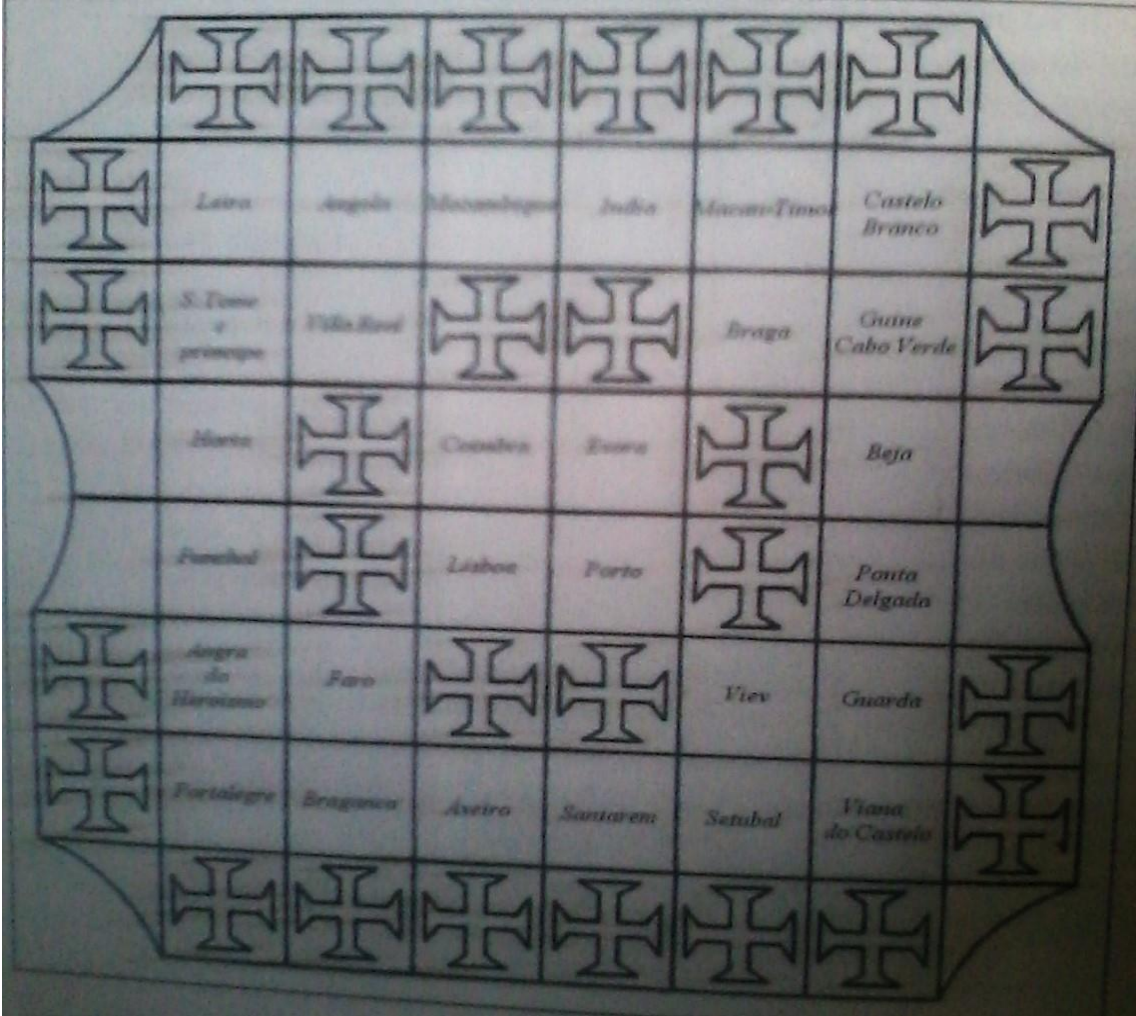




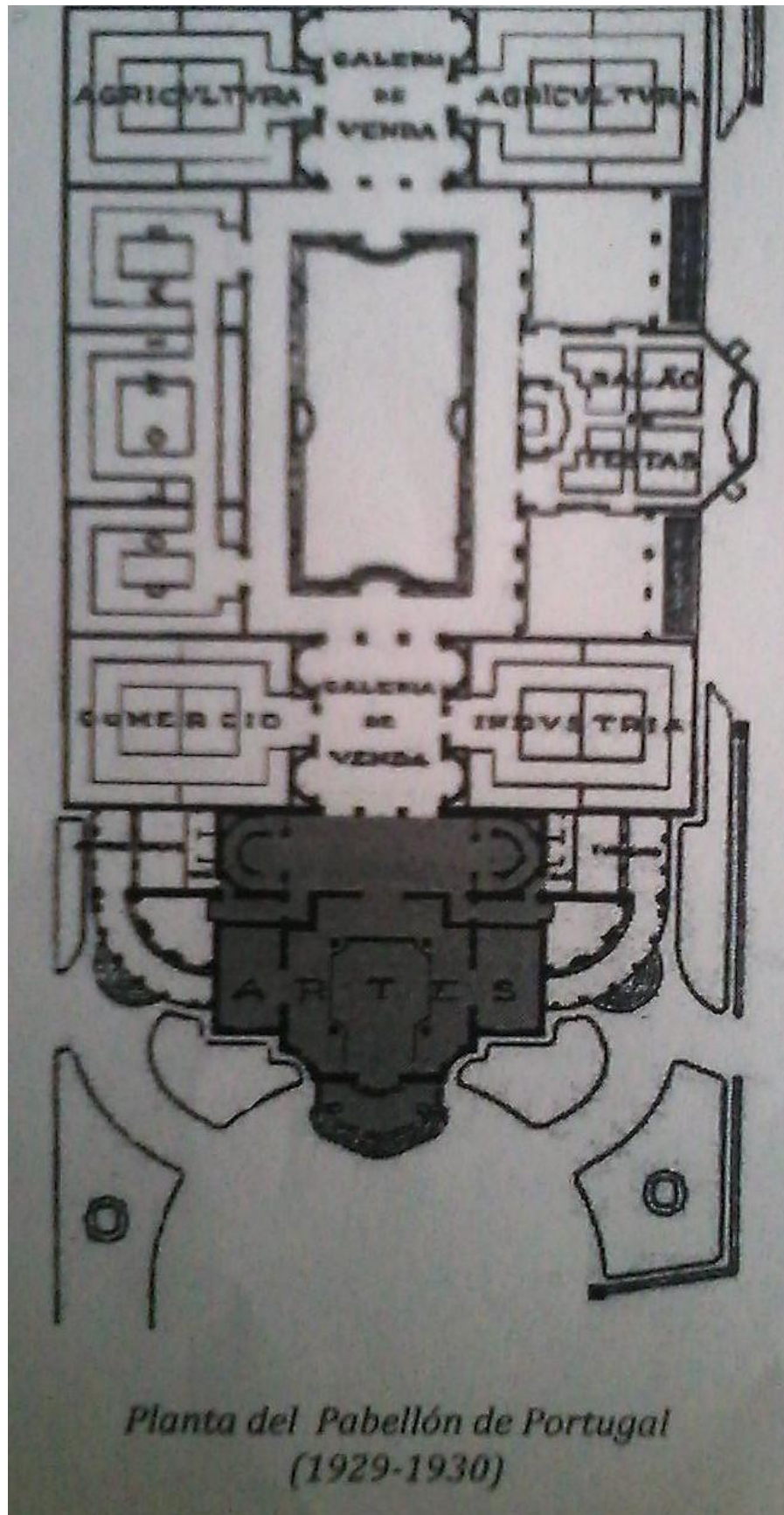
Anexo D - Fachada principal



Anexo E - Mapa e alguns painéis da galeria



Anexo F - Planta do pavilhão



Anexo G - Bandeira Nacional e Escudo Nacional



